



PONTIFICIA  
UNIVERSIDAD  
CATÓLICA  
DE CHILE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Mario Angelo Brandão de Oliveira Miranda**

**Povo, democracia e legalidade nas linguagens políticas do  
Brasil (1945 – 1964) e do Chile (1938 – 1973) no contexto  
das experiências democráticas de massa**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio e à Pontificia Universidad Católica de Chile como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Luís Reznik  
Co-orientador: Prof. Alfredo Riquelme Segóvia

Rio de Janeiro  
Outubro de 2014



**Mario Angelo Brandão de Oliveira Miranda**

**Povo, democracia e legalidade nas linguagens políticas  
do Brasil (1945-1964) e do Chile (1938-1973) no contexto  
das experiências democráticas de massa**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio e pela PUC-Chile. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof<sup>ª</sup> Maria Elisa Noronha de Sá**

Presidente

Departamento de História - PUC-Rio

**Prof<sup>º</sup> Luís Reznik**

Orientador

Departamento de História – UERJ

**Prof<sup>º</sup> Alfredo Riquelme Segóvia**

Co-Orientador

Departamento de História – PUC-Chile

**Prof<sup>º</sup> Pablo Whipple Morán**

Departamento de História – PUC-Chile

**Prof<sup>ª</sup> Angela Maria Castro Gomes**

Departamento de História - UNIRIO

**Prof<sup>ª</sup> Lucília de Almeida Neves Delgado**

Departamento de História – UNB

**Prof<sup>ª</sup>. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais -PUC-Rio

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

## Mario Angelo Brandão de Oliveira Miranda

Bolsista CAPES (3/2011 - 10/2012; 3/2013-2/2014), Bolsista CAPES/PDSE (11/2012 - 2/2013), junto a Pontifícia Universidad Católica de Chile. Mestrou-se em História pela PUC-Rio tendo sido, bolsista CNPQ (2008-2010) com a dissertação “A questão da legalidade no contexto das crises políticas de 1955 a 1964 no Brasil.” Graduou-se em Historia pela PUC-RIO (2007), tendo sido bolsista de iniciação científica (2005-2007) FAPERJ. É professor agregado do Departamento de História da Puc-Rio e foi professor tutor do curso de licenciatura em História na modalidade à distância. Atuou junto ao Laboratório do Tempo Presente (UFRJ) como pesquisador no projeto “Caminhos da Integração Sul Americana” (FINEP/CNPq/UFRJ), tendo sido bolsista CNPq DTI (8/2010 - 3/2011).

### Ficha Catalográfica

Miranda, Mario Angelo Brandão de Oliveira

Povo, democracia e legalidade nas linguagens políticas do Brasil (1945 - 1964) e do Chile (1938 - 1973) no contexto das experiências democráticas de massa / Mario Angelo Brandão de Oliveira Miranda ; orientador: Luís Reznik ; co-orientador: Alfredo Riquelme Segóvia – 2014.

633 f; 2 v. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. Povo. 3. Democracia. 4. Legalidade. 5. Brasil e Chile. 6. História dos Conceitos. 7. Pós II Guerra Mundial. I. Reznik, Luís. II. Segóvia, Alfredo Riquelme. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. IV. Título.

CDD: 900

Para Luisa, meu amor.  
Para meus filhos, Pedro Ângelo e João Ângelo.

## Agradecimentos

À CAPES, pela Bolsa de três anos que foi complementada pela concessão de uma bolsa PDSE (sanduíche), para pesquisa em Santiago.

Ao meu orientador, pela presença constante e confiança. Desde a graduação, e lá se vão 10 anos, tenho o prazer de conviver com o professor Luis Reznik. De minha parte, a amizade, o carinho e o respeito são para uma vida. Com seus ensinamentos e orientações creio que me formei professor. Em diversos momentos, sua ajuda fundamental, nem sempre vinculada ao trabalho acadêmico me fez voltar a confiar. A ele sou muito grato.

Ao meu co-orientador Alfredo Riquelme Segóvia, pelas valiosas orientações, indicações bibliográficas precisas, revisões cuidadosas e detalhadas e muitas conversas em meu período de pesquisas no Chile e via e-mail. Sua gentileza e dedicação foram muito além do necessário.

Ao Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio e especialmente ao coordenador Prof. João Masao Kamita e ao então diretor Prof. Marco Antonio Pamplona pela confiança. Muito me orgulha ter sido pioneiro em um convenio acadêmico internacional com a PUC-Chile que pode trazer importantes contribuições para o desenvolvimento dos estudos e pesquisas deste programa. Ao Instituto de História da PUC-Chile pela possibilidade de dupla-titulação e à coordenadora Javiera Muller pela recepção e pelas inúmeras facilidades oferecidas para a pesquisa nas Bibliotecas da PUC-Chile e nas instituições visitadas em Santiago.

Aos professores de Departamento de História da PUC-Rio, pela formação como historiador; Aos professores Ângela de Castro Gomes e Marco Antonio Pamplona pelas valiosas orientações na qualificação desta Tese. Ao professor Luis Manuel Fernandes pela indicação e ao professor Francisco Carlos Teixeira de Silva e os amigos Laboratório do Tempo Presente (UFRJ) pela possibilidade de participação no projeto Caminhos da Integração Sul-americana, cujas reflexões e debates muito contribuíram para esta Tese.

Aos funcionários do Departamento de História da PUC-Rio, Anair, Claudio, Cleusa, Edna e Moisés, pelo suporte, apoio e amizade nestes prazerosos anos de convivência. À Fabíola Zambra pela gentil acolhida em Santiago e pela muitas conversas sobre a Democracia Cristã e a cultura chilena; a Isabel Barbosa pela leitura e sugestões.

Aos funcionários do setor de periódicos da FBN, pela competência, seriedade e dedicação ao acervo; Aos funcionários da Biblioteca Nacional de Chile pela grande ajuda e presteza na separação dos inúmeros microfilmes e edições de jornais.

Aos meus grandes amigos, companheiros de uma jornada pela história e pela vida, Alex Correa, Pablo Mattos e Leonardo Barbosa. Aos colegas do programa de Doutorado da PUC-Rio e da PUC-Chile pelas conversas e divisão de incertezas e tensões.

Ao meu velho pai que constantemente elogia demais, deixando em situação difícil alguém que sempre se viu tão pequeno diante de tamanha força interior, firmeza moral e capacidade de ação. Sem sua ajuda esta Tese não seria concluída.

Ao meu filho Pedro Ângelo que vibrou como se fosse um gol quando falei que tinha acabado o “livro”, talvez por querer de volta a companhia de um pai um tanto quanto ausente neste último ano; Ao sorriso contagiante de meu filho caçula João Ângelo, pura energia vital, puro amor.

À Luisa Miranda, minha esposa, meu amor. Não houve limites para sua ajuda para conclusão desta Tese. Apoiou, incentivou, cobrou, comentou, reviu, suportou reclamações, mudanças de humor e dedicou incontáveis horas de seu tempo para a realização de um projeto que a princípio não era seu. Nos momentos mais difíceis seu amor me nutriu. Durante meu período de pesquisas no Chile ficou aqui, sozinha, cuidando de nosso filho recém-nascido. Nos últimos meses abandonou projetos, tirou dias de folga e supriu minha ausência. Devo esta Tese a você. Eu te amo. Muito Obrigado.

## Resumo

Miranda, Mario Angelo Brandão de Oliveira; Reznik, Luis; Riquelme, Alfredo Segóvia. **Povo, democracia e legalidade nas linguagens políticas do Brasil (1945-1964) e do Chile (1938-1973) no contexto das experiências democráticas de massa.** Rio de Janeiro, 2014. 633p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Durante o período das primeiras experiências democráticas de massa do Brasil (1945-1964) e do Chile (1938-1973), o progressivo aumento da participação popular na cena política desses dois países, acabou por constituir um novo espaço de experiência vivida. Após a II Guerra Mundial, os anseios democráticos e as demandas por uma maior presença do povo na política conviveram com as limitações impostas pelo ambiente político-ideológico da Guerra Fria, estabelecendo uma nova realidade que trouxe consigo um processo de transformação das linguagens políticas e de ressignificação, ou mesmo criação, de determinados conceitos políticos. Esta tese tem por objetivo refletir acerca deste processo, a partir da análise das variadas interpretações dadas aos conceitos de povo, democracia e legalidade, e de suas “famílias” conceituais, cujos distintos usos se mostraram de grande relevância no desenrolar dos acontecimentos políticos de ambos os países. A adoção de uma perspectiva de análise comparada entre Brasil e Chile se destinou a expor as similaridades e a apresentar as diferenças de interpretação, significação e uso dos conceitos selecionados. A articulação das linguagens políticas destes países com aspectos regionais e globais amplia olhares e estabelece pontes que possibilitam a criação de vínculos entre as respectivas histórias nacionais e a sua inserção em contextos mais amplos.

## Palavras – chave

Povo; Democracia; Legalidade; Brasil e Chile; História dos Conceitos; Pós II Guerra Mundial

## Abstract

Miranda, Mario Angelo Brandão de Oliveira; Reznik, Luis (Advisor); Riquelme, Alfredo Segóvia (Co-advisor). **People, democracy and legality in the political languages of Brazil (1945-1964) and Chile (1938-1973) in the context of mass democratic experiencies.** Rio de Janeiro, 2014. 633 p. PhD. Tesis – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

During the period of the first mass democratic experiences in Brazil (1945-1964) and Chile (1938-1973), the progressive increase of popular participation in the political scene of those two countries, created a new area of lived experience. After World War II, democratic aspirations and demands for a stronger presence of the people in politics coexisted with the limitations imposed by political and ideological environment of the Cold War, establishing a new reality that has brought a transformation process of political languages and resignification, or even creation, of certain political concepts. This thesis aims to reflect about this process, from the analysis of the various interpretations given to the concepts of people, democracy and legality, and their conceptual "families", whose distinct uses had great relevance in the political scenery of both countries. The adoption of a comparative analysis perspective between Brazil and Chile intended to expose the similarities and differences of interpretation, meaning and use of selected concepts. The articulation of political languages of these countries with regional and global aspects expands views and establishes bridges between their national histories and their insertion into wider contexts.

## Keywords

People; Democracy; Legality; Brazil and Chile; History of Concepts; Post World War II

## Resumen

Miranda, Mario Angelo Brandão de Oliveira; Reznik, Luis; Riquelme, Alfredo Segóvia. **Pueblo, democracia y legalidad en los lenguajes políticos de Brasil (1945-1964) y Chile (1938-1973) en el contexto de las experiencias democráticas de masa.** Rio de Janeiro, 2014. 633p. Tesis de Doctorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

En el período de las primeras experiencias democráticas de masas de Brasil (1945-1964) y Chile (1938-1973), el aumento progresivo de la participación popular en la escena política de esos países, formó un nuevo espacio de la experiencia vivida. Después de la Segunda Guerra Mundial, las aspiraciones democráticas y las demandas por una mayor presencia del pueblo en la política vivieron con las limitaciones impuestas por el ambiente de la Guerra Fría, para establecer una nueva realidad que ha llevado a un proceso de transformación y resignificación de los lenguajes políticos, o incluso la creación de ciertos conceptos políticos. Esta tesis tiene como objetivo reflexionar sobre este proceso, a partir del análisis de las diversas interpretaciones dadas a los conceptos de pueblo, democracia y legalidad y sus “familias” conceptuales, cuyos usos distintos fueron de gran importancia a lo largo de los acontecimientos políticos de ambos países. La adopción de una perspectiva de análisis comparativo entre Brasil y Chile ha tenido la intención de exponer las similitudes y diferencias de interpretación, significación y uso de los conceptos seleccionados. La articulación entre los lenguajes políticos de estos países con los aspectos regionales y globales amplia miradas y establece puentes entre sus historias nacionales y su inserción en contextos más amplios.

## Palabras Clave

Pueblo; Democracia, Legalidad; Brasil y Chile; Historia de los Conceptos, Post II Guerra Mundial

# Sumário

## Volume I

Abreviaturas	13
Introdução	15
<b>PARTE I – Chile</b>	<b>55</b>
Capítulo 1 - A Lei de Defesa Permanente da Democracia e a restrição aos preceitos democráticos no Chile	56
1.1 - Os Ecos de 1938: o povo, a política e a gradual ampliação da democracia	58
1.2 – A democracia questionada: o governo de Gabriel González Videla e a saída dos comunistas do Gabinete ministerial	79
1.3 - A polarização dos discursos e a perseguição aos comunistas	101
1.4 – A Lei de Defesa Permanente da Democracia e a justificação da restrição às liberdades democráticas	111
Capítulo 2 – Povo, democracia e legalidade frente à ampliação da participação política	127
2.1 - A alternativa política de Ibáñez e a tentativa de construção de um novo discurso	128
2.2 – Povo, democracia e legalidade e os discursos em torno da rearticulação das forças políticas em 1957	140
2.3 – A nova realidade do eleitorado e sua repercussão na imprensa durante a campanha presidencial de 1958	157
Capítulo 3 - Democracia, povo, legalidade e o triunfo da “via chilena” em 1970	186
3.1 - Entre 1964 e 1970: da oposição “democracia” x “marxismo” aos três modelos “democráticos”	187
3.2 - As eleições de 1970: as “democracias” em busca do “povo”	202

3.3 - A Eleição no Congresso Pleno e as “garantias democráticas” à legalidade 220

Capítulo 4 – O golpe de 11 de setembro de 1973: das disputas pela lei e pela democracia à afirmação da “nova institucionalidade” 242

4.1 - O governo da Unidade Popular e o tortuoso percurso da legalidade 243

4.2 – O Congresso e a polêmica em torno da legalidade e da autonomia democrática 248

4.3 – Democracia, ordem e legalidade: mobilização do “povo” e pressão dos “independentes” 272

4.4 – Os últimos dias do governo de Allende e o golpe da nova “institucionalidade” 295

## **Volume II**

**PARTE II – Brasil** 332

Capítulo 5 - A cassação da legalidade do Partido Comunista e os limites da democratização no Brasil 333

5.1 – O processo de democratização 334

5.2 – A cassação do registro do Partido Comunista e os apelos à Constituição e a democracia 340

5.3 – A extinção dos mandatos parlamentares comunistas e a afirmação de uma democracia restrita 359

Capítulo 6 – A progressiva afirmação de uma democracia com povo: as eleições de 1955 e a intervenção político-militar em nome da legalidade 374

6.1 - A experiência democrática de Vargas e os limites à ação popular 376

6.2 – As eleições de 1955 e a progressiva “incorporação” do povo à democracia 386

6.3 – A garantia da posse: uma intervenção em nome da legalidade e da democracia 406

Capítulo 7 - Em defesa da “maioridade” popular e da legalidade democrática: eleições de 1960 e a solução parlamentarista de 1961 425

7.1 - O governo de Juscelino Kubitschek e a afirmação da democracia	426
7.2 - As eleições de 1960 e a “maioridade” do povo	435
7.3 - Em defesa da legalidade democrática: a crise da renúncia de Jânio Quadros e a solução parlamentarista	450
Capítulo 8 - O golpe de 1964 e a afirmação de uma “nova” legalidade democrática	474
8.1 - A presidência de João Goulart: da garantia da legalidade à ampliação da democracia	475
8.2 - O comício da Central, suas repercussões e a “conquista” da legalidade pela oposição a Goulart	488
8.3 - As tensões com os militares e a emergência de uma “nova legalidade”	501
<b>PARTE III</b>	<b>520</b>
Capítulo 9 – Conclusão – Um olhar comparativo sobre experiências democráticas brasileira e chilena: Guerra Fria, democracia, legalidade e a participação do povo na política	521
9.1 - Democracia e legalidade: similaridades, diferenças e articulações com o cenário da Guerra Fria	523
9.1.1 - O processo de afirmação da democracia e da legalidade constitucional e as “pressões” do ambiente internacional	524
9.1.2 - Da legalidade constitucional a uma nova legalidade: as democracias em cheque	548
9.2 - Os embates e desafios das democracias frente à proeminente presença popular	574
9.2.1 O processo de afirmação do “povo” na cena política brasileira e chilena	575
9.2.2 O povo e sua “maioridade”: da valorização total à condução antidemocrática.	593
Referências documentais e bibliográficas	612

## Abreviaturas

ACHA - Acción Chilena Anticomunista

AFL-CIO - Federação Americana do Trabalho e Congresso das Organizações Industriais

AMFB - Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

AN – A Noite

API - Acción Popular Independiente

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CM – Correio da Manhã

CODE - Confederación Democrática

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CTCh – Confederação de Trabajadores do Chile

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DC – Democracia Cristã

DI – El Diario Ilustrado

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DN – Diário de Notícias

EM – El Mercurio

ES – El Siglo

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FECH – Federação dos Estudantes do Chile

FFAA – Fuerzas Armadas de Chile

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMP - Frente de Mobilização Popular

FRAP – Frente de Acción Popular

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

GAP - Grupo de amigos del presidente

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IC – Izquierda Cristiana

IP – Imprensa Popular

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
JAPs - Juntas de Abastecimiento y Precios  
JB – Jornal do Brasil  
LN - La Nación  
LP – La Prensa  
LPDP – Lei de defesa permanente da democracia  
MAC - Movimento anticomunista  
MAD - Movimiento de Acción Democrática  
MAPU - Movimiento de Acción Popular  
MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionario  
MMC - Movimento Militar Constitucionalista  
MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores  
NR – Novos Rumos  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OPA – Operação Pan-americana  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PCB – Partido Comunista do Brasil  
PCCh – Partido Comunista de Chile  
PN – Partido Nacional  
POS - Partido Operário Socialista  
PS – Partido Socialista de Chile  
PSD – Partido Social Democrático  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SSN/MJNI - Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e dos Negócios do Interior  
STF – Superior Tribunal Federal  
SUPRA – Superintendência de Política Agrária  
TI – Tribuna da Imprensa  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
TP – Tribuna Popular  
UDN – União Democrática Nacional  
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
UH – Última Hora  
UP – Unidade Popular

## Introdução

Esta tese tem por objetivo analisar o processo de transformação das linguagens políticas brasileiras e chilenas, ocorrido ao longo das primeiras experiências democráticas de massa do Brasil e do Chile, a partir da análise das variadas interpretações dadas aos conceitos de **democracia**, **legalidade** e **povo**, e de suas “famílias” conceituais, cujos distintos usos se mostraram de grande relevância no desenrolar dos acontecimentos políticos de ambos os países. O trabalho sob a perspectiva da História Conceitual aponta não só para a necessidade de articulação entre os conceitos e o contexto em que foram utilizados, como para a sua apropriação ao longo do tempo. Neste sentido, para refletir sobre este processo de transformação das linguagens ao longo dos períodos democráticos de ambos os países, esta tese, visando evitar interpretações simplificadas, tem como foco principal a análise dos diversos “idiomas” presentes nos debates políticos expostos em um conjunto de jornais em determinados momentos específicos da história de cada um destes países. Neles, os debates em torno destes conceitos afloraram com maior intensidade, evidenciando semelhanças e distinções no processo de ressignificação conceitual nos ambientes políticos chileno e brasileiro.

No Chile optou-se pelos seguintes momentos: o gradual processo de exclusão legal do Partido Comunista Chileno do ambiente político institucional, ocorrido entre abril 1947 e setembro de 1948; a reestruturação das forças políticas partidárias em 1957 e as eleições presidenciais de 1958, realizadas sob o impacto das pressões populares ocorridas no ano anterior e das reformas eleitorais definidas às vésperas do pleito; as eleições presidenciais de setembro de 1970 e o posterior debate para a ratificação da vitória Salvador Allende no *Congreso Pleno* no final de outubro; os momentos finais que antecedem ao golpe que pôs fim ao regime democrático chileno em 1973. Para o Brasil, os períodos escolhidos foram: o processo de proscrição do Partido Comunista do Brasil entre 1947 e 1948; as eleições presidenciais de 1955 e as tensões políticas em torno da posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos para presidência e vice-presidência, culminada com uma intervenção político-militar em 11 de novembro do mesmo ano; as eleições presidenciais de 1960 e os debates acerca da crise que se instalou

em 24 de agosto de 1961, com a renúncia do presidente Jânio Quadros e posterior solução parlamentarista; as discussões em torno do golpe de abril de 1964 que pôs fim à experiência democrática brasileira.

Ao longo destes períodos democráticos, os ambientes políticos de Brasil e Chile foram influenciados por distintos fatores. Com o fim da II Guerra Mundial delineou-se um quadro em que as duas novas superpotências emergentes do conflito intensificavam suas pressões para ampliar e solidificar suas áreas de influência política. A estratégia argumentativa adotada pelos Estados Unidos, enquanto liderança do bloco ocidental capitalista, tinha como foco principal a difusão de um conceito de democracia que estava associado ao capitalismo e que se opunha radicalmente ao comunismo, visto como expressão de autoritarismo e totalitarismo. Diante de um mundo bipolar, dominado pelo clima da Guerra Fria, não é possível pensar as experiências políticas vividas sem se levar em consideração um vocabulário político comum, vinculado às questões prementes daquele novo cenário. Neste ambiente, os atores políticos dos mais variados países do mundo, tinham que se posicionar e responder as demandas e ao discurso político dos dois grandes polos.

Em diversas partes do globo, o embate entre estes dois projetos ideológicos globais e mutuamente excludentes impôs limitações e forçou um posicionamento por parte de governos locais. Embora o mundo da Guerra Fria também acontecesse regionalmente, articulado a demandas locais próprias, é inegável que a inserção das políticas locais em um debate que se propunha mundial definiu a aglutinação de apoios significativos e direcionou estratégias e ações. Na Europa as tensões impostas pelo novo sistema de forças global se fizeram ainda antes do final da II Guerra Mundial<sup>1</sup>. Terminado o conflito com a devastadora experiência das bombas atômicas no Japão, as tensões entre as duas novas potências se expressaram no processo de reorganização das zonas de controle da Alemanha ocupada no início de 1947. Em março daquele ano, em discurso proferido no Congresso dos Estados Unidos, o presidente Harry Truman anunciou seu compromisso em defender o “mundo capitalista contra a ameaça

---

<sup>1</sup> Nas primeiras conferências internacionais em Yalta - 4 a 11 de fevereiro de 1945 - e em Potsdam - 17 de julho a 2 de agosto do mesmo ano - Estados Unidos e União Soviética expuseram seu antagonismo nos debates em torno da demarcação das novas fronteiras europeias pós-nazifascismo. A segunda delas, ocorrida em meio aos testes atômicos realizados no deserto do Novo México pelos Estados Unidos, revelou uma postura mais agressiva deste país em relação ao futuro do território alemão.

socialista”<sup>2</sup>. Sua preocupação central não foi propriamente o temor de um expansionismo militar soviético ou uma disputa pela supremacia bélica, o inimigo era o próprio sistema comunista, que impunha uma incessante corrida visando a dominação mundial. “Não é uma luta por supremacia de armas apenas. É também uma luta pela supremacia entre duas ideologias conflitantes; a liberdade sob Deus *versus* a tirania brutal e atea”<sup>3</sup>.

Neste cenário, a “proteção” do mundo capitalista se efetivou com a aplicação prática do programa de ajuda financeira para a recuperação da economia dos países Europeus, elaborado pelo secretário de Estado George Marshall. Em verdade, para além de uma possível solidariedade a ex-aliados no conflito, seu fim último era garantir áreas de influência e bloquear as possibilidades de penetração das ideias e projetos socialistas que, na opinião do secretário, seriam impulsionados pela situação de crise econômica. A URSS, por sua vez, já havia recuperado todos os territórios perdidos durante a primeira Guerra, e procurou ampliar suas áreas de influência mantendo suas tropas em diversos países do chamado “leste europeu” e tentando reunificar a Berlim ocupada, sob o controle soviético. Nos anos seguintes estas tensões se expandiriam para além das fronteiras do continente europeu, se manifestando em diversos conflitos regionalizados nas mais variadas regiões do globo<sup>4</sup>.

A América do Sul, “um continente que, em geral, se movimenta historicamente de forma sincrônica, apesar de sua enorme heterogeneidade interna”<sup>5</sup>, naquele momento não se constituía no foco principal de diplomacia norte-americana. Entretanto, o embate entre “democracia” e “comunismo”, presente desde os anos 20, passou a ser percebido sob uma perspectiva global de

---

<sup>2</sup> O discurso de Truman foi uma resposta à incapacidade inglesa de continuar a oferecer assistência militar e econômica à Turquia e à Grécia. No entanto, o presidente norte-americano solicitou a aprovação de um incremento da ordem de 400 milhões de dólares no orçamento destinado a ajuda internacional em termos amplos, inseridos no contexto de uma crise de insurreição comunista. “a política dos Estados Unidos deve ser de apoio aos povos livres que resistem às tentativas de submissão impostas por minorias armadas ou pressão externa”. Apud. Tony Judt. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, 141. Ver também, John Lewis Gaddis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 30.

<sup>3</sup> Martin Walker. Apud. Eric Hobsbawm. *A Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 229.

<sup>4</sup> Em 1949 o argumento de que o controle do armamento nuclear, pelos Estados Unidos, dissuadiria a URSS de qualquer avanço militar sobre regiões europeias, caiu por terra quando os soviéticos produziram sua própria bomba. Detectado por vôos de vigilância norte-americanos, o bem-sucedido teste feito no deserto do Casaquistão, não teve seu anúncio autorizado por Stalin. John Lewis Gaddis, op. cit., p. 34. No ano seguinte, a explosão da entre as Coreias demonstraria que as tensões ultrapassavam em muito as fronteiras da Europa.

<sup>5</sup> Maria Elisa N. de Sá Mader. Novo Populismo? In: *Nuevamerica*. V. 1, 2007, p 14.

um sistema de forças em oposição. O medo da expansão da revolução social proposta pelos comunistas, se por um lado impeliu os grupos políticos dominantes locais a empunhar com toda a força a bandeira da democracia, por outro contribuiu para a imposição de limites e a atribuição de significados particulares a esse conceito.

Em diversos países do continente, este debate se constituiu como um elemento a mais em um processo de transformação e ressignificação das linguagens políticas que se dava a partir da efetiva entrada do povo como novo ator nos processos de definição dos destinos políticos das nações sul-americanas. No Brasil, vivia-se um momento de euforia. O período da primeira experiência democrática de massas, iniciado com as eleições de 1945, a promulgação de uma nova Constituição em 1946 e com a renovação da possibilidade de livre associação e expressão do pensamento, trouxe consigo a perspectiva da mudança. O presente foi visto como dotado de uma dinâmica acelerada e as novas experiências passaram a exercer cada vez mais influência sobre a leitura do passado e as expectativas do futuro. Transformar o Brasil em um país efetivamente democrático, “independente” e desenvolvido, era um futuro desejado que não guardava qualquer semelhança com algo antes vivido no país<sup>6</sup>. O aumento significativo do contingente eleitoral com relação às eleições do início do século, se por um lado deu mais força as demandas trabalhistas presentes no cenário nacional, por outro reforçou um debate, especialmente em vozes conservadores, que buscava interpretar a inclusão e a participação política deste contingente. Ou seja, procurar-se-ia analisar o advento das massas às urnas e entender seu comportamento no jogo democrático. Os limites que pautavam o ambiente da Guerra Fria, por sua vez, se evidenciavam, por exemplo, na cassação do registro do Partido Comunista em 1947 e, posteriormente, dos mandatos dos parlamentares eleitos sob esta sigla. Desta forma, valores caros à experiência democrática como a livre manifestação do pensamento e a liberdade de associação foram assim tolhidos nesta “democracia em tempos de Guerra Fria”<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Segundo Celso Furtado, “Estava na ordem do dia acreditar no Brasil e o momento estimulava a ousadia”. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 39.

<sup>7</sup> Ver Luis Reznik. *Democracia e segurança nacional, a polícia política no Pós-Guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 19. Além das pressões anticomunistas o regime democrático brasileiro convivia com resquícios autoritários que excluía do processo eleitoral a enorme gama de analfabetos considerados incapazes para o exercício do voto.

Diferentemente do Brasil, em que este processo de integração das massas à política se iniciou com o fim do Estado Novo e a democratização de 1945, no Chile, ainda que de forma lenta e gradual, o processo de democratização política se expandira a partir de 1938<sup>8</sup>. Com a vitória eleitoral de Pedro Aguirre Cerda e da *Frente Popular* nas eleições presidenciais daquele ano, se inaugurou uma “nova era política”<sup>9</sup> no país, com a legitimidade do governo baseada no apoio das massas urbanas, e o sistema de partidos assumindo uma configuração mais estruturada. Embora as eleições de 1938 tenham se desenvolvido em condições similares às anteriores, com um reduzido número de votantes<sup>10</sup>, foi depois deste pleito que ganhou impulso um processo de generalização do sufrágio. Nos anos seguintes, um conjunto de reformas eleitorais transformaria a vivência democrática efetivamente em uma experiência de massas, incorporando o povo enquanto efetivo ator no jogo político. Este cenário obrigou diversas forças políticas, em especial aquelas mais à direita do espectro político, a reavaliar suas estratégias de atuação política e a reformular seus discursos. Entre 1947 e 1948, as tensões da Guerra Fria também se faziam sentir de maneira mais efetiva com a exclusão dos comunistas do gabinete ministerial e a posterior proscricção do Partido Comunista e de seus partidários e simpatizantes, da arena político-institucional, em abril de 1948, com promulgação da *Ley de Defensa Permanente de la Democracia*. A medida foi acompanhada da promulgação de diversas outras leis restritivas à atividade sindical, estabelecendo um quadro de repressão

---

<sup>8</sup> Embora tenha elaborado uma nova Constituição em 1925 que tentava romper com o modelo parlamentar restritivo adotado no século XIX, os anos 20 chilenos foram marcados por golpes militares, pelo governo de cunho ditatorial do então coronel Carlos Ibáñez del Campo e por uma tentativa de instalação à força de uma República Socialista em 1932. Neste ano o país elegeu Arturo Alessandri para presidente. Entretanto, durante este período de governo, o Executivo exerceu o poder apoiado em faculdades extraordinárias e na imposição de estado de sítio, suprimindo as liberdades e desrespeitando os direitos pessoais do cidadão Armando de Ramón. *Historia de Chile: desde la invasión incaica hasta nuestros días (1500-2000)*. Santiago: Catalonia, 2003, 117-119.

<sup>9</sup> Paul Drake. Chile 1930-1958. In: Leslie Bethell. *The Cambridge History of Latin America: Latin America since 1930 – Spanish South America*. London: Cambridge University Press, 1991, VIII, p. 290.

<sup>10</sup> Cabe ressaltar que desde a Constituição de 1925, o registro eleitoral era obrigatório para aqueles aptos a votar, nas eleições presidenciais de 1938, homens, maiores de 21 anos e alfabetizados, entretanto, o voto era facultativo. Ver, Ricardo Cruz-Coke. *Historia electoral de Chile 1925 – 1973*. Santiago: Editorial jurídica de Chile, 1984.

legalizada e de perseguições se manteve até a derrogação da Lei e devolução do direito de voto aos comunistas em 1958<sup>11</sup>.

Nestes dois países, o progressivo aumento da participação popular ocorrido meio ao ambiente político-ideológico da Guerra Fria, acabou por constituir um novo espaço de experiência vivida. Esta nova realidade da cena política impôs uma pauta de questões e um novo vocabulário político que foi apropriado e interpretado pelos atores políticos destes dois países de distintas maneiras, conformando um processo transformação das linguagens políticas e de ressignificação e criação de conceitos. Por cotejarem experiências vividas, os conceitos apresentam uma característica legitimadora dos rumos e projetos a serem seguidos e conferem qualidades inesperadas às expectativas de futuro. Desta forma, eles se apresentam como gênese de um futuro que depende da ação política frente à situação existente e ao diagnóstico crítico do passado histórico.

Frente a este cenário, os conceitos de democracia, legalidade e povo, transitaram pelas linguagens políticas brasileiras e chilenas por distintos caminhos, sendo trazidos ao primeiro plano dos debates de acordo com as demandas da sociedade e com os interesses em disputa no momento. Da mesma forma, o embate político se vinculou às particularidades do cenário de cada país, propiciando a apresentação de caminhos e soluções próprias em momentos nem sempre simultâneos. Entretanto, a despeito destas diferenças creio que a influência das tensões da Guerra Fria e as crescentes demandas por ampliação da participação popular constituíram-se em um traço identificador e transformador das linguagens políticas de Brasil e Chile. Se, por um lado, o ambiente da Guerra Fria trouxe consigo um vocabulário comum, no qual “democracia” e “comunismo” foram apresentados como conceitos opostos e antagônicos. Por outro, a progressiva efetivação das camadas populares enquanto ator decisivo no cenário político democrático levou os grupos políticos dominantes nos dois países, então “defensores” da “democracia”, a adotar novas estratégias e incorporar novos elementos a suas linguagens com o objetivo de mobilizar ou impedir a mobilização destes novos atores. Neste cenário, creio que as respostas dadas, ao longo dos acontecimentos, por estes setores à influência desses

---

<sup>11</sup> Alfredo Riquelme Segovia. *Rojo Atardecer: El comunismo chileno entre dictadura y democracia*. Santiago del Chile: centro de investigaciones Diego Barros Arana; Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2009, p. 69.

elementos apresentaram muitas similaridades, que se refletiram em suas linguagens políticas e também nas soluções propostas e impostas, que marcaram o cenário político do Brasil e do Chile. Nestas linguagens, os significados e usos conferidos aos conceitos de democracia, povo e legalidade assumiram um papel fundamental para o estabelecimento de consensos mínimos em ambas as sociedades.

Nos inúmeros debates que marcaram a polêmica política e as reportagens e editoriais dos jornais nestes países estes conceitos aparecem de forma imbricada, remetendo a experiências históricas particulares e a concepções e entendimentos articulados a aspectos regionais e globais. Ainda assim, é possível afirmar que nos primeiros momentos analisados houve um esforço para construção de uma ideia de democracia “defensiva”, que se vinculava a uma legalidade “fundamental” e “natural” supostamente ligada a valores morais e à tradição. Este princípio “essencial” possibilitaria que a democracia encontrasse caminhos para a garantia de sua sobrevivência contra as ameaças totalitárias do comunismo internacional, infiltradas no seio dos dois países, ainda que para isto se superassem entraves e formalidades legais. Por outro lado, contrapunha-se a este argumento um processo de afirmação dos pressupostos e princípios fundamentais a um regime democrático, que, dentre outros fatores, se articulavam à defesa e a garantia da legalidade constitucional. Ao longo dos anos, este entendimento foi se consolidando nos dois países, para se tornar um elemento de grande relevância para a afirmação e manutenção de governos constitucionalmente eleitos, mesmo diante das diversas resistências interpostas por grupos políticos hegemônicos em ambos os países, como ocorreu no Brasil em 1955 e 1961 e no Chile em 1970. Frente a um em que perdiam cada vez mais espaço no embate eleitoral e conceitual, estes setores, em vez de insistir na defesa de uma democracia ameaçada e de uma legalidade essencial, aos poucos também foram incorporando a noção de defesa da legalidade democrática para tentar alçar estes mesmos governos a uma condição de oposição à legalidade constitucional e seus princípios fundamentais. Paradoxalmente, este argumento também impulsionou uma nova concepção de legalidade que se propôs a tentar justificar golpes de estado, que sob o argumento da defesa da legalidade democrática, derrubaram governos constitucionais e determinaram o fim destas experiências democráticas de massa no Brasil e no Chile.

Todo este processo ocorreu em meio à progressiva afirmação do papel das camadas populares enquanto elemento fundamental ao jogo político democrático de ambos os países, também impulsionada por uma série de medidas institucionais para a ampliação da participação. Em um primeiro momento, tal como evidenciam os debates em torno da proscrição dos comunistas em ambos os países, os grupos políticos dominantes empreenderam um esforço em desqualificar a capacidade de atuação da enorme massa de novos eleitores que então começavam a se apresentar na cena política. Entretanto, diante de sua crescente relevância no processo decisório eleitoral, estes setores se viram frente ao desafio de valorizar a atuação das massas e incorporar suas demandas a um discurso tradicionalmente elitista, e por vezes, paternalista.

Nos debates em torno dos pleitos eleitorais presidenciais de 1955 no Brasil e 1958 no Chile ficou evidente que a manutenção de uma posição central no Poder Executivo, dependeria do sucesso deste processo de incorporação de valores e demandas, que se associava diretamente a distintas compreensões da noção de povo e de suas “famílias” conceituais. Naqueles momentos, os esforços para desqualificar ou ignorar o novo eleitorado converteram-se em tentativas mais nítidas de negociação para a definição dos rumos políticos nacionais. Constituindo-se, assim em um período de inflexão, no qual os mais distintos atores políticos incorporaram a seus discursos uma crescente valorização do papel do povo, enquanto a totalidade da população, no regime democrático. Ainda assim, as vitórias eleitorais de grupos políticos mais permeáveis às demandas populares se associaram aos limites impostos ao imaginário discurso dos grupos mais a direita do espectro político, possibilitando um novo impulso a análises desqualificadoras da ação do povo na política. O reforço de argumentos acerca da possibilidade de manipulação das massas e das dificuldades do povo em compreender as “vantagens” ou “desvantagens” das opções políticas que se apresentavam, levou a entendimentos sobre os “desejos do povo” a partir de um olhar exterior. Aos poucos, estas interpretações alimentaram argumentos sobre a necessidade de “proteção” e “condução” do povo, frente a perigos e desvios incompreendidos, que também foram incorporados, com maior ou menor intensidade, a um conjunto de justificativas para a afirmação de regimes ditatoriais no Chile e no Brasil.

Muitas são as leituras, fatores e particularidades locais que contribuem para explicar a derrubada dos governos de João Goulart no Brasil e de Salvador Allende no Chile. No primeiro caso, podemos citar, por exemplo, as dificuldades de negociação entre o governo e o Congresso, a resistência às reformas de base, o temor anticomunista, a crise econômica, a radicalização da ação política dos grupos de direita e de esquerda e os diversos movimentos conspiratórios de militares e civis. O fracasso do projeto de socialismo em democracia, proposto pela Unidade Popular e por Salvador Allende no Chile, também deu ensejo a muitas análises. Perda da legitimidade e autoridade das instituições democráticas em função da dissolução dos consensos básicos no campo político e social; dificuldades de negociação com o Congresso; insatisfação à incapacidade de aplicação do projeto de reformas do governo, o fortalecimento das atividades conspirativas com apoio internacional; excessivo desejo em “fazer a revolução” por parte de setores ligados a UP e mesmo análise circunstanciais ligadas a um discurso incensário de setores do Partido Socialista estão entre elas.

Embora questione algumas destas análises, esta tese não se propõe a explicar todo um conjunto de acontecimentos complexos e polissignificativos somente a partir deste processo de ressignificação conceitual operado nas linguagens políticas de ambos os países. Tampouco pretende afirmar sua proeminência sobre outros fatores para o desfecho dos acontecimentos, mas, sim apontar para sua presença e relevância enquanto elemento aglutinador nos discursos em torno dos caminhos em disputa ao longo de todo o período destas primeiras experiências democráticas de massa do Brasil e do Chile. Além disto, a partir da adoção de uma perspectiva de análise comparada destes dois cenários, defende-se nesta tese que o movimento operado por esta ressignificação conceitual foi similar nos dois países. Isto aponta para a presença de um vocabulário comum, influenciado por um lado pelo ambiente da Guerra Fria e, por outro, pelas demandas por ampliação da participação popular, que se articulou à forma como se estabeleceram e findaram as democracias de massa nestes dois países, ainda que os momentos e os contextos políticos em que as transformações nos usos dos conceitos no Brasil e no Chile, por vezes, fossem distintos.

Ao se propor a analisar a transformação das linguagens políticas no Brasil e no Chile, esta tese não buscou a generalização. A análise comparativa que a conclui, pretende refletir sobre convergências e particularidades de processos que se fundam em uma questão comum<sup>12</sup>. Durante o processo de constituição de regimes democráticos de massa nestes países, a despeito dos diferentes cenários nacionais e soluções propostas, os diversos usos, significações e entendimentos atribuídos aos conceitos de legalidade, democracia e povo se relacionaram diretamente com a mudança no modo de pensar e fazer política que se estabeleceu a partir da entrada do povo como ator efetivo no jogo político. Estes conceitos, em ambos os casos, assumiram um papel central nos debates e disputas presentes nos mais diversos setores destas sociedades. Assim, através do contraste entre os dois cenários o olhar comparativo buscou a visualização de aspectos específicos e a identificação de semelhanças. Entretanto, o objetivo não foi opor um processo ou realidade nacional a outro. Partindo do pressuposto que o ambiente da Guerra Fria trouxe consigo um vocabulário e uma pauta de questões comuns aos países latino-americanos, não se pretendeu desqualificar soluções e caminhos originais, mas sim ampliar o olhar na busca de interseções entre aspectos nacionais, regionais ou mesmo globais, além de vínculos e cruzamentos entre as respectivas histórias nacionais. De acordo com as reflexões de Purcell e Riquelme, a tentativa de se pensar aspectos globais a partir da “periferia” permite novas aproximações

---

<sup>12</sup>As propostas de estudos comparados ainda hoje são alvo de críticas. Determinados autores insistem na inadequação da comparação para compreensão dos processos históricos alegando que esta metodologia produz análises abstratas e generalizantes, já que não privilegiaria e, por vezes, excluiria a singularidade dos fatos. Da mesma forma, o olhar comparativo também corre o risco de produzir a hierarquização de culturas e sociedades assumindo a perspectiva de que existem modelos e formas de organização da sociedade superiores ou inferiores uns aos outros. Segundo Maria Lígia Prado, alguns autores entendem que o modelo comparativo pode produzir enganos. Edward Said, por exemplo, argumenta que o método contribuiu para a construção de um “oriente inventado pelo ocidente” no qual os pesquisadores, a partir de uma perspectiva “eurocêntrica”, apresentavam a cultura européia “civilizada” em um estágio superior às culturas e sociedades orientais. Maria Lígia Prado. Repensando a História Comparada da América Latina. In: *Revista de História*. São Paulo: FFLCH/USP, dezembro de 2005, número 153, p. 14-15. Por outro lado, Neyde Theml e Regina Bustamante afirmam que especialmente após a II Guerra Mundial as análises comparativas se afastaram em muito desta perspectiva. Para fugir deste risco, a comparação exige a análise das sociedades em múltiplas perspectivas, criando-se novos espaços de inteligibilidade, dado que os fenômenos da comparação nem sempre assumem os mesmos significados nas sociedades. “O processo do método comparativo é justamente o que permite estabelecer o estranhamento, a diversificação, a pluralização e a singularidade daquilo que parecia empiricamente diferente ou semelhante”. Neyde Theml e Regina Bustamante. História comparada: Olhares plurais. In: *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro: PPGHC/IFCS/UFRJ, junho de 2007, Número 1, Volume 1, p. 15.

históricas que complementam ou transcendem o nacional, valorizando a influência e participação da América Latina em processos históricos de impacto global<sup>13</sup>.

A comparação e o “cruzamento” entre os cenários políticos brasileiro e chileno e suas relações com o ambiente da Guerra Fria indica para estas articulações entre o local e regional e o global, além de trazer elementos de grande relevância para a análise e compreensão das transformações ocorridas nas linguagens políticas das sociedades destes países. Para compreender mais a fundo como este processo se articula aos diversos significados e os usos políticos atribuídos aos conceitos de **democracia**, **povo** e **legalidade** esta tese iluminou-se no manancial teórico-metodológico proposto pela história conceitual alemã, incorporando suas possibilidades de diálogo com as reflexões elaboradas por historiadores vinculados a chamada abordagem collingwoodiana.

As proposições metodológicas da História dos Conceitos, abordagem que se desenvolve há alguns anos na Alemanha, tem como objetivo dar conta das dificuldades apresentadas pela História das Ideias, tal como era realizada em meados do século XX, para compreender os acontecimentos políticos do passado em sua plena historicidade. Sua crítica se fundamenta na necessidade de inscrição das ideias em seus contextos particulares e no anacronismo praticado por determinados historiadores do pensamento, que insistiam em analisar as experiências políticas a partir de cenários e reflexões que não estavam postas aos atores políticos da época.

Os estudos de Reinhart Koselleck, principal expoente desta perspectiva, procuram dar conta das transformações da linguagem ocorridas na modernidade europeia entre as décadas de 1750 e 1850<sup>14</sup>. Através da análise das mudanças radicais que se sucederam no período, o autor identifica na modernidade uma

---

<sup>13</sup> Para esses autores, esta visão ainda carece de maior difusão entre os historiadores latino-americanos, pois interpretações de nossa história que compreendem a existência de uma região que evidencia processos históricos comuns em vez de uma região composta por um mosaico de realidades independentes têm maior apelo entre historiadores europeus e norte-americanos do que entre os latino-americanos. Fernando Purcell e Alfredo Riquelme. *Ampliando Miradas: Chile y su historia en un tiempo Global*. Santiago: Ril editores / Instituto de Historia Puc, 2009, p. 11.

<sup>14</sup> Seu empreendimento intelectual de maior fôlego foi a elaboração de um dicionário dos conceitos político-sociais fundamentais da língua alemã. O *Geschichtliche Grundbegriffe*, levou cerca de trinta anos para ser produzido e foi publicado durante os anos de 1972 e 1997. Seus nove volumes foram elaborados em conjunto com Otto Bruner e Werner Conze que faleceram durante o projeto, cabendo a Koselleck a sua finalização. Ver, Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Junior. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: *Uma História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-RIO: Edições Loyola: IUPERJ, 2006, p.22.

temporalização que segue novos critérios. O presente é percebido enquanto possuidor de um tempo próprio, carregado de sentido, e as possibilidades e expectativas de futuro se distanciam da experiência vivida.

Neste momento, ergue-se uma nova consciência de época que entende a novidade do tempo vivido. Um tempo de mudanças aceleradas e rupturas em que a linguagem política se democratiza e se politiza, ao passo em que se produz uma inclinação ideológica<sup>15</sup>. A qualidade temporal da modernidade permite aos atores políticos de então, a utilização do tempo como ferramenta de ação política. Da mesma forma, diante da compreensão do presente, abre-se a possibilidade de se ler o passado em respeito aos limites sociais, religiosos e políticos contemporâneos, inaugurando uma perspectiva histórica subjetiva sobre os mesmos acontecimentos. O distanciamento temporal permite à crítica histórica a possibilidade de assinalar os eventos passados de uma maneira diferente àquela que os contemporâneos identificaram.

Esses acontecimentos só podem ser interpretados através da análise de seu horizonte conceitual contemporâneo e dos usos linguísticos compartilhados pelos atores que vivenciaram esta experiência<sup>16</sup>. Os conflitos políticos, as mutações de comportamento e expectativas sobre o devir, são apreendidos na linguagem e através da linguagem, a partir da participação dos atores políticos neles envolvidos. Na base da estrutura destas linguagens políticas é possível identificar determinados conceitos que atuam como fundadores das mesmas. “Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política”<sup>17</sup>. Por outro lado, estes se fundamentam em sistemas políticos sociais mais complexos que por vezes incorporam elementos que não estavam postos a comunidade linguística organizada à época.

Neste sentido, as transformações ocorridas na realidade vivida e expressas nas linguagens políticas terminam por afetar os conceitos que passam por um processo de ressignificação, sendo entendidos a partir de sua temporalização interna. Koselleck fundamenta a sua argumentação na análise deste processo de transformação no uso dos conceitos políticos. Cabe ressaltar que os conceitos não

---

<sup>15</sup> Javier Fernandez Sebastian e Juan Francisco Fuentes. Entrevista com Reinhart Koselleck. In: Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Junior, op. cit., p. 142.

<sup>16</sup> Ver, Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Junior, op. cit., p.23.

<sup>17</sup> Reinhart Koselleck. História dos conceitos e história social. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006, p. 98.

se inscrevem apenas na linguagem, mas se articulam a elementos que se encontram fora dela. Assim, existem sempre elementos que precedem e condicionam a linguagem, ligados às condições naturais ou sociais daqueles que a manifestam<sup>18</sup>.

O conceito se distingue por sua polissemia, ou seja, sua capacidade semântica se estende “para além daquela peculiar às “meras” palavras, utilizadas comumente no campo político e social”<sup>19</sup>. Um conceito não pode ser entendido como uma “re-representação” da linguagem, mas sim como elemento constitutivo da mesma. Sua aplicação comumente generaliza uma concepção específica e indica algo que está além da língua. Ele se relaciona diretamente com aquilo que se pretende compreender e torna inteligível o seu conteúdo. Assim, um conceito não pode ser analisado isoladamente, seu entendimento deve articular o conjunto de significados que continha a época de seu uso, com a forma de seu emprego na situação em que foi produzido.

Para se compreender os conceitos é necessária a articulação entre o texto e o contexto em que foi produzido, entre as palavras e a coisas, entre a linguagem e o mundo, ou, nas palavras de Koselleck, entre “dogmata” e “pragmata”. A análise desta relação revela que os conceitos políticos não somente indicam as práticas sociais e políticas que eles cobrem, mas também são fatores dentro das mesmas<sup>20</sup>. Desta forma, o conjunto de significados e usos atribuídos a eles, contribui tanto para criação e ampliação da gama de novas possibilidades de experiência política, como também para limitar e impedir transformações no campo das praticas sociais.

A compreensão dos conceitos, também depende da análise de seus contraconceitos, com significados opostos. O estudo dos antônimos de cada termo permite com que se identifiquem antagonismos políticos, associações possíveis de grupos distintos da sociedade e as possibilidades de interseção entre duas correntes<sup>21</sup>. Determinados conceitos possuem características antitéticas que

---

<sup>18</sup> Ver, Reinhart Koselleck. *Histoire sociale et histoire des concepts*. In : *L'Expérience de l'histoire*. Col. Hautes Études. Paris. Gallimard/Seuil, 1997, p.106. O autor ressalta que a relação entre as alterações políticas com o processo de ressignificação ou criação de elementos novos a linguagem, pode ocorrer de maneiras distintas e que há sempre um hiato, entre os fatos sociais e o seu uso na linguagem. Ver, Reinhart Koselleck. *História dos conceitos e História Social*, op. cit., p. 111.

<sup>19</sup> Reinhart Koselleck. *História dos conceitos e História Social*, op. cit., p. 98.

<sup>20</sup> Idem, p.109.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 113.

delimitam zonas de atuação e definem características, que impossibilitam até mesmo o reconhecimento mútuo entre os atores em questão<sup>22</sup>. Além de se vincular a um contraconceito, os conceitos políticos sempre carregam consigo uma família de conceitos associados que gera a necessidade de ampliação dos campos semânticos. Por vezes, apenas o conceito em si não é suficiente para descrever o processo de transformações políticas a que se relaciona. Neste sentido, as palavras não devem ser estudadas em si mesmas, mas fazendo relações com outras palavras que concordam ou se opõem a elas, formando pares de palavras<sup>23</sup>.

No campo político, o processo de resignificação dos conceitos possibilita a criação de neologismos, que por vezes assumem uma função dinâmica, de agrupamento de interesses. Estes têm por objetivo transformar a realidade política vivida e definir novos cenários futuros. Desta forma, a função dos conceitos se desloca da apreensão pela linguagem das realidades vividas para a proposição, através da linguagem, de situações e realidades a serem conquistadas. Segundo Koselleck, “a relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma”<sup>24</sup>.

A polissemia dos conceitos, aqui ressaltada, se dá em virtude de seu histórico de recepção e das ocasiões em que foram utilizados. Nas palavras de Nietzsche: “todos os conceitos nos quais se concentra o desenrolar de um processo de estabelecimento de sentido escapam às definições. Só é passível de definição, aquilo que não tem história”<sup>25</sup>. Portanto, os conceitos são históricos, ou seja, são ditos ou escritos apenas uma única vez, e sua formulação está intimamente ligada a uma situação concreta específica. Contudo, eles carregam consigo um histórico de significados capaz de justificar sua seleção por parte dos atores políticos. Neste sentido, o uso dos conceitos é singular, mas seus efeitos sobre o contexto vivido não.

O impacto de um conceito só pode ser avaliado através da análise de suas transformações ou permanências sob uma perspectiva diacrônica<sup>26</sup>. Com o passar

---

<sup>22</sup> Uma reflexão sobre as formas como determinados pares de conceitos com estas características articularam e definiram cenários políticos ao longo de diversas situações específicas da história pode ser encontrada em Reinhart Koselleck. Os conceitos antitéticos assimétricos. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, op. cit., p. 191- 231.

<sup>23</sup> Lucien Febvre. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 56.

<sup>24</sup> Reinhart Koselleck. Critérios Históricos do conceito moderno de revolução. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, op. cit., p. 77.

<sup>25</sup> Apud. Reinhart Koselleck. *História dos conceitos e História Social*, op.cit., p.109.

<sup>26</sup> Reinhart Koselleck. *História dos conceitos e História Social*, op. cit., p. 105.

do tempo, a palavra pode permanecer inalterada, entretanto, seu conteúdo pode assumir novos sentidos. Ou seja, ainda que o significante se mantenha o mesmo, a gama de significados a ele atribuídos pode se modificar completamente. A recepção destes conceitos possui uma história empiricamente reconstituível. É justamente a alteração dos significados e não propriamente da palavra em si que interessa à História dos Conceitos. A partir da ideia de que a repetição das estruturas linguísticas é necessária para o entendimento e compreensão dos conteúdos, podemos entender que mesmo sendo o uso da linguagem sempre sincrônico, ele também contém a diacronia. Através da incorporação de inúmeros significados, determinados conceitos assumem características de tal forma gerais e globais, que acabam por criar situações em que se torna difícil a elaboração de opostos viáveis, constituindo-se em arquilexemas<sup>27</sup>.

A força do histórico de significados de um conceito se manifesta nitidamente no seu processo de seleção em favor de projetos e modelos políticos específicos. Por outro lado, o histórico de significados de um conceito também pode criar, em virtude de suas aplicações prévias, obstáculos para aqueles que pretendem utilizá-lo. Koselleck ressalta que um autor, ao mobilizar determinado conceito, precisa confrontar os significados passados do mesmo, com suas intenções políticas.

É por esta razão que, em 1848, Marx e Engels não utilizaram o título “A Confissão de fé da Liga (ou aliança) Comunista”, bem como tinham sido encarregados de fazer. Para evitar empregar estes termos luteranos (Glaubensbekenntnis, Bund) no seu título, eles escolheram um fraseado inovador: “O Manifesto do Partido Comunista”, ou “Manifesto Comunista”<sup>28</sup>.

Diante deste quadro de possibilidades, a mobilização de um determinado conceito representa a proposição de um projeto de ação, de um cenário futuro, ou, nas palavras de Koselleck, de um horizonte de expectativas. Esta categoria, juntamente com a noção de espaço de experiência é articulada pelo autor na tentativa de dar conta das transformações dos conceitos no tempo histórico<sup>29</sup>. O

---

<sup>27</sup> Reinhart Koselleck. História dos conceitos e História Social, op. cit., p. 107.

<sup>28</sup> Reinhart Koselleck. Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grundberiffe. In: Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Junior, op. cit., p. 102.

<sup>29</sup> Nota-se que, neste caso, Koselleck utiliza a idéia de categoria com o objetivo de distanciar seus instrumentos de análise do processo histórico. Em seu rigor científico, o autor define suas categorias como meta-históricas, o que pressupõe a sua aplicabilidade em qualquer época da história. Ver, Reinhart Koselleck. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas

historiador alemão entende que a história se constitui através da relação entre as experiências vividas e as expectativas das pessoas que as vivem. A partir do momento em que o espaço de experiência de uma determinada comunidade se transforma, altera-se também a gama de suas possibilidades futuras de mudança. Assim, a atenção a estas categorias garante uma maior precisão e evita anacronismos, tendo em vista que possibilita que o historiador esteja atento para não imputar a um determinado autor/ator, em uma época específica, um horizonte de expectativas com o qual a sua experiência vivida não é capaz de lidar.

Esta preocupação em localizar o autor em seu contexto específico, aproxima as proposições da história conceitual da perspectiva historiográfica proposta pelo enfoque collingwoodiano<sup>30</sup>. Em uma das primeiras formulações teóricas vinculadas a esta abordagem, Quentin Skinner criticou as chamadas “mitologias”, presentes nas “proposições clássicas” da história do pensamento político<sup>31</sup>. Para este autor, não se pode compreender o pensamento de um autor/ator mobilizando apenas um conjunto de ideias imanentes, que dariam unidade a um determinado período da história<sup>32</sup>. As contribuições deste ator deveriam ser analisadas a partir de sua inscrição em seu contexto de produção. A suposição de que existe um conjunto de ideias fundamentais a um determinado tempo abre espaço para o “absurdo histórico” de se imputar a um autor, influências e contribuições com as quais ele não tivera contato. Da mesma forma, a associação deste conjunto de ideias com “tempos” distintos, também gera

---

categorias históricas. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, op. cit., p. 305 -327.

<sup>30</sup> Essa vertente, inicialmente conhecida como escola de Cambridge, foi rebatizada por Quentin Skinner, um de seus principais expoentes teóricos, em homenagem a R.G. Collinwood. Ver, Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Junior, op. cit., p.11. Segundo Skinner, o filósofo inglês foi pioneiro ao se propor a incorporar uma abordagem teórica que assumia o compromisso de recuperar, de forma precisa, as questões levantadas por determinados textos filosóficos e suas possíveis respostas em seus contextos específicos. Quentin Skinner. *The rise of, challenge to, and prospects for a Collingwoodian approach to the history of political thought* In: D. Castiglione e I. Hampshire-Monk. *The history of political thought in national context*. Cambridge, Cambridge University Press. 2001, p. 176-177.

<sup>31</sup> Quentin Skinner. *Meaning and understanding in the history of ideas*. In: *History and Theory* V. 8, n.1, 1969. Nesta tese utilizo uma versão revisada, publicada em 2002, em uma coletânea de artigos do autor. Quentin Skinner. *Visions of Politics*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2002, V. I.

<sup>32</sup> O autor se referia a certa maneira de pensar a História das Ideias que desconsiderava as particularidades dos atores políticos individuais e as nuances de seus pensamentos, analisando os movimentos da história através da influência do produto do espírito dos homens. Assim, a História das Ideias, não poderia lidar de forma direta e objetiva com os objetos da produção. O produto do espírito deveria ser apreendido de acordo com o contexto de sua produção, pois uma ideia só vive no meio em que ela habita.

interpretações que atribuem às propostas de um determinado autor um caráter “antecipatório”. Ou seja, o autor/ator passa a ser compreendido como fundador ou continuador de uma determinada doutrina com a qual seu pensamento não se articula<sup>33</sup>. Neste sentido, para se compreender “corretamente” uma ideia deve-se inserir seu autor no debate de seu tempo, incorporando o contexto vivido e suas particularidades. Segundo Skinner, um autor/ator profere um discurso, ou um “ato de fala”, em virtude de uma série de motivações ligadas a intenções específicas e únicas, que se relacionam com aquele momento em particular. Assim, Skinner relativiza as interpretações que procuram compreender as contribuições de um autor/autor a partir de uma suposta coerência no conjunto de sua obra, desconsiderando as situações específicas de momento.

Ainda de acordo com as formulações de Skinner, para se compreender o que um autor disse com relação a uma determinada doutrina em particular, não basta apenas recuperar os significados específicos presentes em seus textos. Isto porque, não só os significados dos termos que usamos para expressar nossos conceitos podem mudar ao longo do tempo, como também se deve considerar que os autores, enquanto atores políticos, por vezes adotam “estratégias retóricas obliquas” para expressar seu pensamento<sup>34</sup>. Para evitar constrangimentos ou mesmo proteger-se de situações perigosas, estes autores faziam uso frequente de ironias para diferenciar aquilo que diziam do que pretendiam dizer. Sendo assim, em um determinado período, os mesmos termos podem ser utilizados em uma variedade de intenções díspares e incompatíveis. Isto obriga também um estudo dos variados contextos em que as palavras são empregadas<sup>35</sup>.

O estudo das ideias em contexto apresenta uma série de pontos de contato com a perspectiva da História Conceitual. Skinner, que em um primeiro momento se mostrou resistente a metodologia desta corrente por considerar impossível a articulação entre conceitos produzidos em situações historicamente originais, reconhece em textos recentes a possibilidade de interação entre as duas propostas, chegando inclusive a definir sua atividade acadêmica como uma forma de História

---

<sup>33</sup> Quentin Skinner. *Meaning and understanding in the history of ideas*. Op. Cit., p. 62 -63.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 79-80.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 84.

Conceitual<sup>36</sup>. Por outro lado, também podem ser definidos alguns distanciamentos. John Pocock, outro expoente da abordagem collingwoodiana, entende que como os conceitos são únicos, uma análise de suas transformações no tempo, ou seja, de sua vida diacrônica, é inviável. Para ele, os discursos, e neles podemos incluir os conceitos, “são estruturas complexas cujos componentes existem simultaneamente no tempo, estudá-los é apostar no sincrônico”<sup>37</sup>. Desta forma, os conceitos, assim como os contextos nos quais eles são produzidos, não poderiam ser replicáveis.

Pocock se incorpora à perspectiva collingwoodiana no momento em que procura resgatar a linguagem do autor, mostrando que os termos e conceitos empregados por autores inseridos em um mesmo contexto histórico podem ter significações diferentes. Para ele, o autor/ator se inscreve no jogo político de seu tempo, tendo sua ação mediada por uma cadeia de outros atores que respondem, ou não, a seus atos, incorporando suas proposições linguísticas e tentando transformá-las de acordo com suas intenções. Neste sentido, os significados de uma ideia estão intimamente associados ao que se faz com ela em uma determinada especificidade. Embora mantenha o foco na linguagem, seus estudos se deslocam dos atos de fala para os discursos e para as diversas “linguagens” presentes em um texto. Segundo Pocock, “o historiador deve mover-se da *langue* para a *parole*, do aprender a linguagem para determinar os atos de enunciação que foram efetuados “dentro” dela”<sup>38</sup>. Enquanto “meio caminho” em que determinadas linguagens específicas se manifestam no interior do universo da língua, os discursos incorporam diversos *idiomas*, nos quais se encontram expostas as ideias e pressupostos de variados grupos representativos da sociedade<sup>39</sup>. Pocock entende que os diversos atores presentes no debate político

<sup>36</sup> Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Junior, op., cit., p.33. Quentin Skinner. The rise of, challenge to, and prospects for a Collingwoodian approach to the history of political thought, op. cit., p. 175.

<sup>37</sup> John G. A. Pocock, Conceitos e Discursos: uma diferença cultural? Comentário sobre o paper de Melvin Richter. In: Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Junior, op. cit., p. 85. Com relação à “aposta no sincrônico”, Koselleck entende que esta é de difícil definição, tendo em vista que as dimensões temporais encontram-se permanentemente entrecruzadas. O presente contém tanto experiências do passado quanto projeções do futuro incorporando assim, simultaneamente, sincronia e diacronia. Ver, Reinhart Koselleck. Histoire sociale et histoire des concepts, op. cit., p.111.

<sup>38</sup> J.G.A. Pocock. *Linguagens do ideário político*. São Paulo, EDUSP, 2003, p.66.

<sup>39</sup> A noção de *idiomas* políticos remete a idéia de discurso e se relaciona com as maneiras de pensar e falar a política, pelos mais variados grupos em meio ao debate. Ver J. G. A. Pocock. O

procuram ressaltar suas intenções particulares, mas compartilham vocábulos, imagens retóricas e pressupostos ideológicos, respondendo uns aos outros<sup>40</sup>. Desta forma, se torna possível reconstituir a “comunidade argumentativa” de um determinado período.

Independente das divergências entre o enfoque collingwoodiano e o modelo da história conceitual alemã, que aparentemente indicam mais a delimitação de campos de pesquisa específicos do que propriamente distinções teóricas, de fato, as possibilidades de utilização deste encontro intelectual são muitas. Os pesquisadores do projeto *História Comparada de los Conceptos Políticos e Sociales Iberoamericanos*<sup>41</sup>, apostam na incorporação destas duas metodologias para promover um estudo comparado da transformação dos conceitos políticos de base nos países de língua espanhola e portuguesa, em ambos os lados do atlântico entre 1750 e 1850<sup>42</sup>. Os autores do dicionário apostam na elaboração de uma história que considere as formas de apreensão na linguagem das propostas e projetos dos atores individuais e coletivos do período, para assim, alcançar uma maior compreensão de suas motivações e do sentido de sua ação política. A partir da definição de alguns conceitos básicos da linguagem política da época, seu trabalho consiste na construção de um mapa semântico que associe e reconheça algumas das experiências históricas vividas pelos ibero-americanos. Alguns destes conceitos, ao assumir um caráter identitário fundamentariam a

---

conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: *Linguagens do ideário político*. São Paulo, EDUSP, 2003, p. 63-83.

<sup>40</sup>Este autor pensa a linguagem sob um ponto de vista performático, no qual a mesma se apresenta como um instrumento da consciência. Assim, um autor/ator, a partir de alguma necessidade, executa um “lance”, para propor novos usos a esta linguagem ou para incorporar novos hábitos da sociedade a seu discurso. Da mesma forma, o entendimento deste “lance” só é possível com a análise das respostas ou “contra-lances” realizados por outros atores ao seu discurso. A partir desta premissa, a descoberta de entendimentos diversos, ou mesmo a ausência de respostas a um determinado discurso têm um papel fundamental no processo de busca dos significados de uma linguagem. J.G.A. Pocock, op. cit., p. 55.

<sup>41</sup> Coordenado por Javier Fernandez Sebastian, este projeto internacional de pesquisa reuniu 75 pesquisadores de nove equipes nacionais (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México, Peru, Portugal e Venezuela), com o propósito de elaborar um dicionário da linguagem político-social ibero-americana. Ver, Javier Fernandez Sebastian. *Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos*. In: *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Madrid, Fundación Carolina: sociedad estatal de conmemoraciones culturales: Centro de estudios políticos y Constitucionales, 2009, p. 25

<sup>42</sup> Para os elaboradores do dicionário o período que vai das reformas borbônicas e pombalinas até o fim da primeira onda de revoluções liberais e a cristalização dos novos estados independentes pode ser entendido como um momento de profunda renovação e transformação do léxico político a partir da criação de uma série de neologismos que, diante da nova realidade política e ideológica, supostamente deveriam dar conta da incapacidade da língua de cumprir sua função de meio de comunicação satisfatório entre seus falantes. Javier Fernandez, op.cit., p. 26.

emergência de novos atores que tiveram papel preponderante na política moderna, nos mais variados espaços ibero-americanos. Neste sentido, o processo de ressignificação conceitual ocorrido no período foi acompanhado de uma série de transformações no campo das identidades e na formação de novos atores coletivos.

Ao tentar perceber a apreensão na linguagem, do novo horizonte de expectativas políticas que se estabeleceu no momento em que se processaram uma série de transformações na experiência vivida pelos ibero-americanos, os autores se filiaram ao trabalho desenvolvido por Koselleck com relação aos conceitos da língua alemã. Contudo, os pesquisadores do dicionário se vêem diante de pelo menos dois desafios. O primeiro deles é procurar ir além dos limites dos estados nacionais para elaborar uma história atlântica dos conceitos políticos. Segundo Sebastian, entre os anos de 1750 a 1850 ocorreu um processo de internacionalização do léxico político que possibilitou a constituição de um universo semântico e simbólico comum, ligado às instituições e práticas políticas. Este teria se concretizado com a difusão em ambos os hemisférios de um conjunto de vocábulos políticos que, no geral, podem ser entendidos como “euroamericanismos” ou “ocidentalismos”. O aparecimento e a repercussão dos “ismos” e seus devidos contraconceitos, se deu de forma tão intensa que estes começaram a se definir como partidos políticos e facções a ponto de se constituírem em incipientes unidades de ação coletiva. Desta forma, os grandes eixos de articulação dos conceitos políticos comuns ao mundo ocidental acabaram por estimular uma progressiva standardização do vocabulário político. Contudo, o autor ressalva que não pretende “desdenhar dos traços comuns ao conjunto dos países ibéricos e ibero-americanos, nem tampouco dos elementos diferenciais especificamente presentes em um determinado país ou área geopolítica”<sup>43</sup>.

Por outro lado, este processo de standardização conviveu com a “nacionalização” de uma parte do vocabulário e do significado dos conceitos, seguindo um movimento inverso à tendência de internacionalização. Este fato aponta para um segundo desafio, que consiste em promover o estudo dos conceitos sob uma perspectiva comparada. Segundo o autor, a metodologia comparada contribui tanto para identificação de um substrato de uma cultura

---

<sup>43</sup> Javier Fernandez Sebastian, op. cit., p. 31. Tradução livre.

política comum quanto para identificação de usos e significações distintas para os conceitos selecionados em determinados contextos específicos. Esta opera em uma dialética complexa entre cultura comum e tradições locais e regionais, unidade e diversidade<sup>44</sup>.

Em última instância, os objetivos do grupo de pesquisadores articulados a este projeto são: o entendimento dos significados atribuídos a determinados conceitos por parte dos atores envolvidos no debate político e as formas pelas quais estes mesmos atores se utilizavam destes conceitos para incidir em suas realidades políticas, moldando-as de acordo com seus propósitos. Ou seja, buscase analisar as distintas características que um vocabulário comum pode apresentar, em função das circunstâncias históricas, políticas e sociais de cada área, ou país, e das distintas maneiras de se pensar as práticas e as instituições da vida política<sup>45</sup>.

A noção de história conceitual comparada vem sendo trabalhada ainda em caráter experimental, muito em virtude da escassa literatura e dos riscos de reforço de uma história nacional, a qual se pretende superar, por conta de uma adoção inapropriada da metodologia comparada<sup>46</sup>. Apesar dos diversos desafios a serem enfrentados, acredito que uma proposta de reflexão sobre o processo de ressignificação dos conceitos para além das barreiras nacionais, presente nesta perspectiva de análise, possibilita chaves de interpretação interessantes e que podem ser utilizadas para a investigação de situações históricas diversas.

Nesta tese, procurou-se realizar um trabalho fundamentado da interseção entre a perspectiva da História Conceitual e a abordagem colingwoodiana. Por esta razão creio que uma imersão atenta nos debates e aspectos particulares dos distintos momentos políticos selecionados na cena política das experiências democráticas brasileira e chilena, assim como uma análise mais detalhada dos contextos em que estão inseridos e dos idiomas presentes nestes debates se constitui em fator essencial para se evitar generalizações, anacronismos e interpretações descontextualizadas. Ainda assim, em um cenário marcado por um

---

<sup>44</sup> Parafrazeando Bakhtin, o autor afirma que o estabelecimento de diálogo entre duas culturas não conduz a uma fusão entre ambas, mas sim na possibilidade de se manter aberta a sua unidade e sua totalidade. *Idem*, p. 44.

<sup>45</sup> *Ibidem*, op. cit., p. 43.

<sup>46</sup> João Paulo Pimenta alerta que no caso específico do mundo ibero-americano entre 1750 e 1850, a comparação pode isolar unidades históricas de análise, retirando-as do contexto geral que lhes confere significado. João Paulo Garrido Pimenta. *História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate*. In: *Almanack Braziliense*, n.7, maio de 2008, p.58.

conjunto de questões similares – tensões da Guerra Fria e demandas por ampliação da participação – um esforço de análise comparativa se revela profícuo não só para se compreender melhor as respostas específicas das sociedades brasileira e chilena, como para um entendimento transnacional das linguagens políticas presentes nestes países no período pós II Guerra Mundial e suas possíveis articulações e semelhanças.

Nesta busca por um olhar mais amplo do processo de ressignificação dos conceitos de democracia, legalidade e povo, nos ambientes políticos de Brasil e Chile, se faz necessário ressaltar que a realidade vivida no pós II Guerra Mundial conduziu a novos entendimentos acerca do conceito de democracia, em especial no chamado mundo ocidental. Ao final do conflito, as perspectivas teóricas elaboradas pelos chamados autores “clássicos” da democracia, que acalentavam o ideal máximo de participação do povo na política, encontravam grande rejeição<sup>47</sup>. Para muitos, o aumento da participação popular comprometera a estabilidade dos regimes democráticos e conduzira a introdução de regimes totalitários. A participação do homem comum na política, especialmente o de baixa renda, era questionada não só por sua falta de interesse em assuntos políticos como pela difusão de atitudes autoritárias e não democráticas em sua vida cotidiana. A esta visão somavam-se as interpretações de determinados intelectuais do pensamento social e político, ordenados em torno da chamada “teoria das elites”, que, desde o início do século, já desqualificavam a ação do povo na política.

Autores como Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels desenvolveram uma concepção teórica na qual caberia às elites o controle da administração governamental, em virtude da incapacidade de atuação política das massas. O engenheiro, economista e sociólogo franco-italiano Vilfredo Pareto definiu a elite como um grupo de indivíduos que demonstrava ser mais apto a governar por possuir o grau máximo de capacidade em seu ramo de atividade, independentemente de qual fosse. Sua simples existência indicava a desigualdade natural entre os homens, sendo a desigualdade social um mero efeito<sup>48</sup>. Distinguido entre governante e não-governante, elite e contra-elite, este grupo minoritário monopolizaria sempre o governo, permitindo apenas a rotação entre seus membros no poder. Toda a mudança política se resumiria a uma disputa

---

<sup>47</sup> Carole Pateman. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 10.

<sup>48</sup> Vilfredo Pareto. *Sociological Writings*. (seleção de S.E. Finer). New York: Praeger, 1966, p. 55.

permanente entre os tipos de indivíduos que compõem a elite: os violentos e os astutos. Assim, numa menção a metáfora maquiaveliana, leões e raposas, elite e contraelite seriam os únicos agentes políticos relevantes no processo histórico, em que a massa era incapaz de intervir. Por natureza desorganizada, esta deveria entregar a organização social às elites mais capazes.

O italiano Gaetano Mosca também sustentava a inevitabilidade da existência de uma classe dirigente através de análises do caráter organizacional da sociedade. Em virtude de sua organicidade enquanto minoria, a classe dirigente se legitimava frente às massas desorganizadas e seu domínio seria justificado por uma moral universal. Tendo como base sua conhecida “Lei de Ferro das Oligarquias”, Robert Michels argumentaria posteriormente que as massas, ainda que resolvessem se organizar, o fariam através de uma minoria, dotada de regras, hierarquia e disciplina, produzindo assim uma oligarquia que assumiria o controle das ações políticas<sup>49</sup>.

Em diálogo com estas análises, as reflexões de Joseph Schumpeter contribuiriam significativamente para o processo de legitimação das democracias ocidentais no pós-II Guerra<sup>50</sup>. Sem negar algumas premissas básicas dos elitistas antiliberais em relação aos problemas da democracia, Schumpeter encontrou no próprio liberalismo uma solução que trouxe a democracia para o centro do debate político. Ao procurar fundamentar o método democrático na realidade dos fatos, sua reflexão se opunha a uma noção de “democracia clássica”, associada por ele às ideias de Rousseau e John Stuart Mill. Elaboradas sobre fundamentos empiricamente irrealistas, as reflexões destes autores existiam apenas como valor moral, e se afastavam da realidade vivida por seu caráter normativo. Para Schumpeter, os princípios morais dos cidadãos eram tidos como mais importantes que os métodos, e o povo era concebido como plenamente racional. A democracia descritiva, por sua vez, resumia-se na confiança que os cidadãos depositavam no governo, e não na busca do bem comum, como afirmava Rousseau: “Não há, para começar, um bem comum inequivocamente determinado que o povo aceite ou que

---

<sup>49</sup> Ver, Renato Lessa. A teoria da democracia: balanço e perspectivas In: R. Perssinoto e M. Fuks (orgs). *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, p. 45.

<sup>50</sup> Joseph A. Schumpeter. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper & Row, 1942. Para esta reflexão utilizo uma versão traduzida por Sérgio Góes de Paula em 1984.

possa aceitar por força de argumentação racional... para diferentes indivíduos e grupos, o bem comum provavelmente significará coisas muito diversas”<sup>51</sup>.

Da mesma maneira, devido à composição atomizada dos indivíduos, não é possível a construção de vontades coletivas. Ainda que o cidadão isolado agisse na política baseado em premissas racionais, as decisões políticas produzidas a partir do encontro destas múltiplas vontades individuais não necessariamente representariam a vontade do povo<sup>52</sup>. Assim, o máximo que o povo pode fazer é delegar poder a representantes e confiar no governo eleito.

Segundo Schumpeter, a concorrência democrática funcionava tal qual a lei do mercado. A qualidade da democracia está diretamente ligada à quantidade de alternativas disponíveis, ou seja, à concorrência eleitoral. O cidadão comum age na política, assim como na economia. Em sua categoria de consumidor, ele é sensível a influências e realiza suas ações atento a um retorno. Sua relação com a política se fundamenta na resposta a interesses próprios, imediatos ou de curto prazo. Sob um ponto de vista prático esta é a única racionalidade que prevalece. Da mesma forma, as grandes questões da política nacional são assuntos de pouca importância para o cidadão comum que está mais preocupado com a solução de seus problemas imediatos. Ocorre então, que a vontade comum, apoiada em um reduzido senso de realidade e de responsabilidade, não é eficaz e nem efetiva. Como as soluções de situações referentes à política nacional se encontram aparentemente fora do conjunto das ações possíveis que o cidadão pode tomar para o estabelecimento de sua vontade, ele não se esforça em dominar os temas ligados à política, o que o colocam mais sujeito a compreensões equivocadas. Para este autor, a irracionalidade das ações do cidadão na esfera pública também abre espaço para a manipulação, através da publicidade, por exemplo, seria possível forjar a “vontade do povo”. No processo de democracia concorrencial, caberia aos formadores de opinião, ou seja, às lideranças, toda a iniciativa no processo político, constituindo-se assim, em sua força motriz. A capacidade de produzir efeitos políticos é privilégio desta liderança que expande as elaborações formuladas em seu seio à maioria. As coletividades não possuem uma identidade própria, são reativas.

---

<sup>51</sup> Joseph Schumpeter. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar. 1984, p. 306-307.

<sup>52</sup> Idem, p. 310.

A impossibilidade de afirmação de uma opinião racional do povo em relação às questões políticas seria, para Schumpeter, um dos problemas fundamentais não solucionados pela chamada “doutrina clássica da democracia”. De acordo com esta formulação teórica, o povo manifesta sua vontade pela escolha de representantes, que por sua vez, se encarregam de executá-la. A reflexão proposta por Schumpeter inverte a relação de forças entre estes atores já que o papel do povo se resume a formar um governo que, uma vez constituído, toma as decisões de acordo com suas próprias convicções. “Nossa definição passa a ter o seguinte fraseado: o método democrático é um sistema institucional para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor”<sup>53</sup>.

Cabe ressaltar que, se a função primária do eleitorado é montar governos, também pode lhe ser aberta a possibilidade de dissolvê-los. Schumpeter não achava necessário o estabelecimento do sufrágio universal, ainda assim preocupou-se com a elaboração de determinadas “condições necessárias” para o funcionamento do modelo democrático. Entre elas, o autor ressalta o respeito às liberdades civis, a tolerância às opiniões divergentes e a certo “caráter nacional”, no qual todos os cidadãos se fazem leais ao modelo de estrutura da sociedade.

As proposições de Schumpeter exerceram grande influência em análises posteriores, muito de suas reflexões pode ser encontrado em teorias democráticas elaboradas por autores como Robert Dahl e Giovanni Sartori. Assim como o economista austríaco, estes intelectuais se propuseram a descrever a democracia tal qual ela é, mantendo as críticas, as interpretações sobre a ideia de democracia fundamentadas na chamada “doutrina clássica”. Ainda que Dahl e Sartori procurassem enfatizar a questão da estabilidade política, as reflexões de Schumpeter sobre o papel da participação no “método democrático” foram amplamente incorporadas por estes autores.

Em seu livro *Um prefácio à Teoria Democrática*, Robert Dahl afirma que são possíveis diversas interpretações para a noção de democracia e que não há como definir uma só teoria democrática. Entretanto, o autor admite a existência de

---

<sup>53</sup> Joseph Schumpeter, op. cit., p. 327-328.

uma “teoria tradicional”<sup>54</sup>. Para Dahl não faz mais sentido falar em democracia, mas sim em *poliarquia*, ou governo das múltiplas minorias, tendo em vista que a palavra inicial refere-se à ideia de participação direta, não mais “adequada” à realidade moderna. A democracia se estabelece enquanto arranjo institucional centrado no processo eleitoral, no qual as elites políticas competem pelo poder via voto do cidadão comum. É justamente através do ato de votar que os cidadãos não-líderes exercem o controle sobre os líderes. Competição livre pelo voto livre seria garantia dos aspectos democráticos do processo, já que permitiria ao cidadão o poder de transferir seu apoio a outro grupo.

Em diálogo com as teorias de Dahl e com o aspecto poliárquico das democracias modernas, Giovanni Sartori afirma que o governo é exercido pelas as elites em competição<sup>55</sup>. Ao dedicar especial atenção à relação entre a prática e o “ideal” democrático, Sartori entende que a democracia cria expectativas que não se realizam gerando desilusão no cidadão comum. Logo, para que se garanta a estrutura de autoridade e de liderança, o *ideal democrático* deve ser minimizado. Uma vez estabelecido e consolidado o regime democrático no país, cabe aos líderes políticos através do voluntarismo e de suas capacidades morais promover o desenvolvimento econômico e o bem comum. Desta forma, a democracia traduz-se em um método para se chegar a resultados políticos.

A questão da igualdade também foi explorada por estes autores. Ao contrário de Schumpeter, Dahl é um defensor do voto universal. A igualdade política se estabelece no exercício do voto, com o cidadão garantindo para si uma igualdade de oportunidades de influência sobre aqueles que tomam decisões políticas. Igualdade política, contudo, não significa igualdade de controle político ou de poder. Para Dahl, há uma assimetria em relação a esta igualdade em virtude não só do baixo interesse da maioria da população em relação à política como em função do acesso limitado aos recursos por parte de setores social e economicamente subalternos.

Esta reflexão influencia diretamente nas análises sobre a participação política. Sartori temia que o aumento da participação política conduzisse ao totalitarismo e entendeu que o povo deve reagir, e não agir. Esta reação se limita à

---

<sup>54</sup> Robert Dahl. *Um prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1986, do original: Robert Dahl. *A Preface to Democratic Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

<sup>55</sup> Ver, Giovanni Sartori. *Democratic Theory*. Detroit: Wayne State University Press, 1962.

possibilidade de troca do poder constituído através do voto. Este autor não crê na atividade política do cidadão médio. A possibilidade de mudança estaria vinculada à coação dos inativos e apáticos ou na penalização da maioria ativa. Contudo, nenhum destes métodos seria aceitável em um regime democrático. Diante dos fatos contemporâneos, “aprendemos que não se aprende a votar, votando”<sup>56</sup>. A máxima participação conduziria à desestabilização do regime e à sua bancarrota. Neste sentido, Sartori entendeu que a democracia não deveria mais manter guarda contra a aristocracia, mas sim contra a mediocridade. Os perigos inerentes a essa mediocridade poderiam destruir os líderes democráticos, substituindo-os por contraelites não democráticas.

Robert Dahl considera que o aumento da participação do homem comum é dotado de certa complexidade. Embora a atividade política se constitua em um pré-requisito da poliarquia, o aumento da participação também poderia desestabilizar e colocar em risco o regime. Os grupos subalternos social e economicamente da sociedade, além de apresentarem menores índices de atividade política, revelam, com maior frequência, personalidades autoritárias. Assim, à medida que o aumento da participação traz este grupo para o centro da arena política, o consenso básico a respeito das normas democráticas pode declinar, colocando em perigo o regime poliárquico.

A partir das reflexões de Dahl, Renato Lessa destaca que embora a teoria da *poliarquia* se proponha a analisar a democracia sob uma premissa descritiva, é possível se encontrar uma orientação normativa na obra deste autor. Quando tenta investigar como *não-poliarquias* poderão se constituir em *poliarquias*, Dahl combina inclusão da população na política com aperfeiçoamento institucional em um processo que teoricamente não tem limites. A *poliarquia*, ou a democracia, acaba por se constituir em “um processo de construção institucional que cada vez mais incorpora e cada vez mais organiza a competição política”<sup>57</sup>.

O modelo apresentado pelos autores citados concebe a democracia como um arranjo institucional em que se estabelece uma competição entre as elites pelo voto do povo em eleições periódicas, que acabam por se constituir em elemento de controle dos líderes eleitos. A participação do cidadão comum na política adquire uma função protetora e limita-se à escolha, pelo voto, do governo que se

---

<sup>56</sup> Apud. Carole Pateman, op. cit., p. 21.

<sup>57</sup> Renato Lessa, op. cit., p.48.

constituirá. Esta participação “limitada” se revela importante, pois garante a estabilidade do sistema, tendo em vista a inaptidão do homem comum para com a política. Estas reflexões estão na base de inúmeras teorias elaboradas posteriormente e que podemos associar a uma tradição “descritiva”. De acordo com Lessa, elas se materializam nos entendimentos hoje difundidos acerca da democracia representativa com maior ou menor ênfase em determinadas nuances destas proposições.

As críticas às teorias “descritivas” começaram a ganhar maior expressão nos anos 60, no contexto do aumento das demandas por maior participação e pela efetiva implantação de uma pauta de direitos que, em tese, já deveriam estar estabelecidos. Fundamentadas primordialmente nas análises de Schumpeter, estas críticas se sustentam em algumas premissas básicas<sup>58</sup>. Em primeiro lugar, o conjunto das teorias denominadas por este autor como “clássicas” não se constituem em um modelo a ser seguido, mas sim em um ensaio de preceitos. Em segundo lugar, embora as teorias democráticas destes autores se proponham a descrever a “realidade dos fatos”, em verdade, o que elas fazem é justamente a substituição dos significados normativos da democracia. Além disto, este conjunto de reflexões realiza uma análise dicotômica que limita as alternativas de modelos políticos a dois caminhos: a democracia tal qual conhecemos, ou o totalitarismo. Esta premissa, além de limitadora, abre espaço para que se pressuponha que, ao menos entre os anglo-saxões ocidentais, vivia-se em um sistema democrático “ideal”, independentemente do afastamento dos objetivos de participação também aceitos. Por fim, ressalta-se que a despeito dos teóricos posteriores a Schumpeter terem assumido uma postura crítica à sua teoria, especialmente em aspectos ligados a ideia de participação, todos aceitam a caracterização da teoria clássica elaborada por Schumpeter<sup>59</sup>.

A efetiva incorporação deste debate teórico centrado nas análises descritivas da democracia, iniciado no pós-II Guerra Mundial e difundido nos anos 60 e 70 pelas discussões presentes na cena política brasileira e chilena é relativa. Entretanto, os princípios teóricos aqui expostos apontam para possíveis

---

<sup>58</sup> Ver, Carole Pateman. Op. cit., p. 25-32.

<sup>59</sup> Carole Pateman sustenta que nenhum destes autores atentou para o fato de que a presunção da existência de uma teórica clássica da democracia é um mito, tendo em vista que os teóricos associados pelo autor austríaco a chamada doutrina clássica, mais precisamente Rousseau, James Mill, John Stuart Mill e Jeremy Bentham apresentavam muitas variações em suas reflexões.

caminhos em um debate que se mostrava pujante. Os modelos democráticos, pensados e articulados no escopo das discussões presentes nas arenas políticas locais, podem ser associados a diversos pontos ressaltados por estes autores. De um modo geral, a despeito das nuances que serão analisadas com maior cuidado, os atores envolvidos nas disputas político-eleitorais de ambos os países aceitaram a convivência dentro de alguns cânones “clássicos” como respeito às liberdades, manutenção das instituições, independência dos poderes. Isto também é válido para atuação de socialistas e comunistas, à exceção de curtos períodos, ao longo de todos os momentos estudados<sup>60</sup>.

Ao longo de suas primeiras experiências democráticas de massa, as sociedades brasileira e chilena vivenciaram um ambiente de ativa participação e liberdade política. Este ambiente de efervescência política, ressalvadas as limitações impostas em determinados momentos à atuação comunista, permitiu a ampla divulgação dos mais variados projetos, pressupostos ideológicos e discursos políticos, possibilitando assim, o encontro de ideias de diferentes grupos representativos destas sociedades. Além disso, destaca-se relevante papel exercido pela imprensa nos dois países constituindo-se não somente em mediador da opinião pública e expressão da opinião compartilhada por grupos políticos variados, mas em um ator político social. Desta forma, imprensa se apresentava como proponente de ideias e projetos, além de reverberar outras.

No Brasil, diferentemente dos dias atuais, os anos 50 e 60 presenciaram uma grande variedade de jornais que mantinham expressiva circulação com as mais distintas orientações políticas e ligações partidárias. As inúmeras inovações tecnológicas ocorridas no período se associaram a um processo de transformação na linguagem no qual os órgãos de imprensa buscavam se aproximar do grande público, apresentando-se como fonte de orientação política para diversos setores

---

<sup>60</sup>Ainda que no caso chileno da Unidade Popular, se incorporasse uma noção de participação protagonista do povo oriunda do pensamento marxista e que o programa de governo deste conglomerado político tenha sido elaborado por diversas tendências em que distintas concepções políticas se misturaram nem sempre de forma clara, não se trata aqui de discutir concepções marxistas nas quais a democracia só se estabelece com o fim da luta de classes e do estado ou mesmo a noção de democracia para o povo e ditadura para os “burgueses”, visto que os atores em questão assumiam a disputa política dentro dos cânones aqui referidos.

da sociedade civil brasileira<sup>61</sup>. No Chile, por sua vez, é possível notar uma imprensa ainda mais partidarizada. Sua intensa participação nos debates sobre os rumos dos projetos políticos para a sociedade chilena, por vezes, articulou-se a tentativa de difusão de propostas específicas entre diversos grupos sociais, visando à conquista de apoio.

Neste sentido, esta tese se concentrou nos debates e análises presentes em distintos órgãos de imprensa brasileiros e chilenos, com o objetivo de delimitar e reconstituir comunidades argumentativas, nas quais se incorporam de distintas maneiras um gama de usos e significados aos conceitos de democracia, legalidade e povo. A utilização da imprensa também se justifica na intenção de se trabalhar com a ideia de discurso e não propriamente com a individualidade dos autores, para se analisar a relevância dos entendimentos acerca destes conceitos para o desfecho dos acontecimentos políticos nestes dois países considerando suas particularidades e semelhanças. Diante da grande quantidade de grupos e projetos presentes em ambas as sociedades a mobilização de todos os idiomas presentes em seu seio, é um tarefa de difícil conclusão. Entretanto, entendo que a gama de jornais utilizados nas pesquisas desta tese são suficientes para delimitar e compreender as linguagens e discursos dos principais grupos políticos em disputa no cenário político brasileiro e chileno, visto que os mesmos ainda aparecem articulados a historiografia e a outros documentos de época.

Na imprensa brasileira selecionaram-se jornais da cidade do Rio de Janeiro<sup>62</sup>, escolhidos em função de sua representatividade, ou de suas posições específicas no debate político. São eles: *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Imprensa popular*, *Jornal do Brasil*, *Novos Rumos*, *Tribuna da Imprensa*, *Tribuna Popular* e *Última Hora*. A divisão da escolha entre matutinos e vespertinos é intencional, pois os matutinos normalmente apresentam uma discussão mais densa e os vespertinos uma linguagem mais direta.

O Jornal *A Noite*, foi escolhido por seu papel nos primeiros anos da experiência democrática. Embora tenha sido arrendado, em virtude de

---

<sup>61</sup> De acordo com Antonio Lavareda, as pesquisas de opinião indicavam que 66% dos eleitores brasileiros viam nos jornais sua principal fonte de orientação. Antonio Lavareda. *A democracia nas urnas: o processo partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora: IUPERJ, 1991, p. 128-129.

<sup>62</sup> A escolha de jornais do Rio de Janeiro acontece em virtude desta cidade permanecer por todo este período como pólo central das discussões políticas no país. Vale lembrar, que mesmo após a transferência da capital para Brasília em 1960, diversos órgãos e empresas públicas, além de toda a cúpula militar, permanecem nesta cidade.

dificuldades econômicas administrativas, a uma sociedade anônima constituída por seus funcionários em 19 de agosto de 1946, o vespertino manteve constante veiculação das propostas, posições e realizações do governo Dutra. Em função do agravamento de seus problemas administrativos e de circulação ao longo do governo de Vargas (1951-1954) que culminaram em seu fechamento em 1957, optou-se por restringir a análise deste jornal até o pleito de 1950<sup>63</sup>. O *Correio da Manhã* era o principal matutino do Rio de Janeiro e circulou durante todo o período sendo objeto de pesquisa em todos os momentos aqui analisador. Denso, de linha moderada e liberal, o jornal deixava sempre grande espaço interno para as questões políticas e procurava afirmar sua independência política se apresentando como um “jornal de opinião”, defensor da “legalidade democrática” e das liberdades. O *Diário de Notícias*, que também circulou durante todo o período. Entretanto seu uso se dá a partir de 1955, em substituição a *A Noite*. Naquele momento, o jornal já se intitulava “o matutino de maior tiragem da cidade”, sendo escolhido particularmente por sua grande aceitação entre o funcionalismo público e os setores militares<sup>64</sup>. A seleção do *Jornal do Brasil* se deu em função de seu retorno a uma posição de destaque na linha opinativa, após uma série de transformações e investimentos ocorrida no final dos anos 1950. Ainda assim, o uso deste jornal que não abandonou sua tradicional moderação política, e sua condição de órgão apartidário, católico, liberal – conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada<sup>65</sup>, limita-se ao cenário das eleições de 1960. Neste pleito, as proximidades entre os discursos em favor de um ou de outro candidato, apontavam para a necessidade de ampliação do manancial documental.

Quanto aos vespertinos, *Tribuna da Imprensa*, vespertino fundado pelo jornalista Carlos Lacerda em 27 de dezembro de 1949, pode ser considerado como a expressão de setores udenistas mais conservadores, a chamada “Banda de Música”, ou do próprio Lacerda. Apresentando-se como um órgão liberal, cristão

---

<sup>63</sup> Ver. Marieta de Moraes Ferreira. *A Noite*. In: Alzira Alves de Abreu et alli. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2001, Volume IV, p. 4107. Em função do agravamento de seus problemas administrativos e de circulação ao longo do governo de Vargas (1951-1954) que culminaram em seu fechamento em 1957, optou-se por não se realizar a análise deste jornal em 1955.

<sup>64</sup> Este jornal publicava inclusive alguns boletins militares e tinha colunas direcionadas ao funcionalismo.

<sup>65</sup> Ver, Marieta de Moraes Ferreira. *A Reforma do Jornal do Brasil*. In: Alzira Alves de Abreu (org). *A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: editora FGV, 1996, p. 154.

e defensor da livre iniciativa, o jornal notabilizou-se por sua contumaz oposição às propostas classificadas como varguistas ao longo de todo o período e pelo anticomunismo radical. Como contraponto a esta posição procurou-se analisar as posições de *Última Hora*, único jornal de grande circulação que manteve uma linha editorial de apoio a Vargas durante todo seu governo e que após a sua morte continuou declarando-se herdeiro e fiel seguidor de seus ideais. Fundado em 1951, pelo jornalista Samuel Wainer, com o apadrinhamento político do presidente Getúlio Vargas, o jornal foi analisado a partir da campanha de 1955.

O jornal *Tribuna Popular* foi escolhido para se analisar o discurso comunista. Fundado em 1945, em meio à legalização do Partido Comunista do Brasil, o jornal se vinculou ao partido, mas não se constituiu necessariamente em um veículo oficial, buscando se constituir em um jornal de massas com linguagem e formato que atendessem ao grande público, razão pela qual o periódico foi analisado no contexto de 1947. Depredado em outubro e fechado em dezembro de 1947, a *Tribuna Popular* foi posteriormente substituída pela *Imprensa Popular*. Criado em um momento de radicalização revolucionária do Partido Comunista, este jornal, embora também destinado ao grande público, adotou uma linha mais sectária do que seu antecessor. Entretanto, em 1955, momento em que a *Imprensa Popular* foi utilizada para esta Tese, o jornal já começava a adotar uma linha mais “aberta”. Esta postura levou a muitas tensões com Comitê Central do Partido Comunista que, especialmente após a guinada antistalinista do comunismo soviético em 1956, criticava a postura “reformista” de seus editores. Polêmica que levou ao fechamento da *Imprensa Popular* em 1957. Fundado em 1959, o jornal *Novos Rumos*, inicialmente publicado como semanário, de certa forma substituiu o anterior na função de atingir a grande massa de leitores. Sendo um órgão semi-oficial e contando com relativa autonomia, o jornal, aqui analisado em 1960-1961 e 1964, se propunha a realizar uma discussão mais ampla e aberta, se alinhado a nova postura do partido de luta política pacífica dentro dos limites da legalidade democrática constitucional e tendo como foco a temática nacionalista<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Para maiores detalhes sobre estes jornais, ver. Alzira Alves de Abreu et alli. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Op. Cit., p. 2777; 4126-4127; 5795. Dênis de Moraes. *O Imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p. 64-70. Jorge Ferreira. Os Comunistas e os *Novos Rumos*. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH. São Paulo, julho 2011.

Com relação à imprensa chilena, com uma circulação que envolve praticamente todo o período pesquisado, a escolha recai sobre os jornais *El Mercurio*, *El Diario Ilustrado*, *El Siglo*, *La Nación* e *La Prensa*<sup>67</sup>. Pertencente a um dos grupos econômicos mais poderosos do país, proprietário de outros de imprensa, *El Mercurio* era o jornal chileno de maior circulação no país e foi pesquisado em todos os momentos analisados nesta tese. Embora procurasse afirmar uma postura independente, moderada e liberal, com uma linha voltada para as questões econômicas e um estilo editorial denso e aparentemente neutro, o jornal se aproximava de tradicionais setores da direita chilena. O tradicional *El Diario Ilustrado*, primeiro jornal a introduzir ilustrações no periodismo chileno, afirmava seu conservadorismo político e a defesa do catolicismo, do livre comércio e da propriedade. Embora tentasse afirmar sua independência, aproximava-se dos setores tradicionalistas do Partido Conservador e pautava-se por um anticomunismo arraigado e radical. Tendo encerrado suas atividades em outubro de 1970 o jornal foi alvo de pesquisa até então. Fundado em 1940, *El Siglo* contava com o apoio financeiro da estrutura partidária do Partido Comunista Chileno, mas se propunha a ser mais que um órgão de classe, constituindo-se em um jornal popular de massa de caráter e circulação nacional focado em temáticas tidas como fundamentais para sociedade e com uma postura mais moderada. A despeito do intervalo entre dezembro de 1948 e outubro de 1952, quando circulou de forma clandestina, o jornal foi impresso ao longo de todo o período estudado, sendo alvo de pesquisa nos momentos aqui selecionados.

Ao longo dos anos 60 a Democracia Cristã se constituiu em uma das forças políticas de maior relevância no cenário político chileno. Neste sentido, se fez necessário a incorporação de um jornal, cujos debates e discussões dessem conta de sua filosofia, doutrina e projetos. Assim a pesquisa para a Tese incorporou a análise do jornal *La Nación* para a análise sobre o ambiente político de 1970 e *La Prensa* para 1973. Em 1927, *La Nación*, fora adquirido pelo Estado, constituindo-se em um jornal oficial que difundia ideias e projetos do governo. Durante a presidência de Eduardo Frei (1964-1970), este jornal se tornou a expressão do pensamento da Democracia Cristã tendo uma presença ativa nas

---

<sup>67</sup> O *El Diario Ilustrado* encerrou suas atividades em setembro de 1970, já *El Siglo*, caso não encontre a devida documentação, excetua-se o período em que circulou de forma clandestina, entre março de 1948 e outubro de 1952.

discussões políticas. Com a saída de Frei da presidência, praticamente toda a equipe de redação de *La Nación*, se transferiu para o recém-fundado *La Prensa*. A partir de então, o jornal que se propunha a atingir o grande público e a discutir as mais variadas temáticas da política e da sociedade chilena, passou a reverberar a doutrina social-cristã e os debates presentes no interior da Democracia Cristã e suas distintas correntes<sup>68</sup>.

Na tentativa de elaborar uma reflexão mais cuidadosa sobre o processo de transformação e ressignificação das linguagens políticas do Brasil e do Chile, a tese foi estruturada em três partes. Destinadas sucessivamente a Chile e Brasil, as duas primeiras partes analisam as significações e os usos atribuídos aos conceitos de democracia, legalidade e povo nos cenários políticos destes países. Seguindo uma organização estrutural similar, que remete a uma perspectiva metodológica, ambas se subdividem em quatro capítulos, centrados nos momentos políticos específicos já apontados, relacionados à relevância e aos sentidos atribuídos aos conceitos selecionados. A terceira parte, por sua vez, é composta por um único capítulo dividido em duas seções. Além de reforçar as relações entre a cena internacional e os ambientes políticos particulares e ressaltar aspectos acerca do cruzamento das ideias políticas no Brasil e no Chile, o capítulo tem como foco a análise comparativa deste processo de (re)significação conceitual. Apresentando assim, em caráter conclusivo, as mudanças ocorridas nos usos dos conceitos de povo, democracia e legalidade nos dois países e sua centralidade no

---

<sup>68</sup> Para detalhes sobre os jornais ver, Carlos B. Ossandón. *El Diario Ilustrado: modernidad y ensoñación identitaria*. *Revista Comunicación y Medios*. Santiago: Universidad de Chile, 2003, n. 14; Eduardo A. Santa Cruz. *Análisis histórico del periodismo chileno*. Santiago. Nuestra America ediciones, 1988; Raul Castro Silva. *Prensa y periodismo en Chile (1812-1956)*. Santiago: Ediciones de la Universidad de Chile, 1958. Especialmente ao longo do governo de Salvador Allende, ganharam grande repercussão alguns jornais de caráter ainda mais partidário, com um linguagem coloquial, mas virulenta, voltada para a cobertura de “escândalos” políticos e problemas do cotidiano. Entretanto, orientada por uma divisão que Guillermo Sunkel, classificou como imprensa de matriz “racional-iluminista” ou de matriz “simbólico-dramática” e que Patricio Dooner definiu como “prensa seria” e “prensa aríete”, optou-se por analisar jornais que de certa forma filiavam-se às primeiras tendências, pensando a política sob um ponto de vista mais amplo, vinculada a projetos e doutrinas mais definidas. Fator que considero fundamental para a análise do processo de ressignificação conceitual. Ver, Guillermo Sunkel. *Razon y Pasion en la prensa popular: un estudio sobre cultura popular, cultura de masas y cultura política*. Santiago: Estudios Iliet, 1985 e Patricio Dooner. *Periodismo y Política: la prensa política en Chile (1970 – 1973)*. Santiago: Editorial Andante, 1989.

encaminhamento de soluções políticas que apresentam muitas similaridades, a despeito das particularidades inerentes aos contextos locais específicos.

Na **Parte I**, o foco da reflexão recai sobre a forma como os conceitos de democracia, povo e legalidade transitaram na cena política do Chile, a partir da análise dos debates presentes em determinados órgãos da imprensa chilena. O **primeiro capítulo**, que tem como fonte de pesquisa principal as reportagens e editoriais dos jornais *El Mercurio*, *El Siglo* e *El Diario Ilustrado*, se concentra no gradual processo de exclusão legal do Partido Comunista do ambiente político institucional chileno. Os caminhos políticos adotados e os rumos de debates presentes na imprensa evidenciaram os limites de uma democracia em tempos de Guerra Fria, pautada pelo embate entre “democracia” e “comunismo” e por uma legalidade que remetia a ideia de segurança nacional e de proteção do regime institucional. O processo proscrição dos comunistas se deu a partir da saída do partido do gabinete de governo de Gonzalez Videla em maio de 1947 e das sucessivas restrições posteriormente impostas às suas atividades, que culminaram com a publicação da chamada *Lei de Defesa Permanente da Democracia*, em setembro de 1948. Embora esta tese procure relacionar o processo de ampliação da participação popular com a emergência de uma nova pauta de questões e de um novo vocabulário político permeado pelas pressões do ambiente da Guerra Fria, é importante ressaltar que diferentemente do Brasil, onde o processo de integração das massas à política se iniciou no final da II Guerra Mundial, no Chile, ainda que de forma lenta e gradual, a incorporação das camadas populares no jogo político democrático vinha acontecendo desde 1938. Neste sentido, pautado em uma discussão historiográfica, o capítulo incorpora uma análise sobre o ambiente político dos governos da *Frente Popular*, visando expor as apropriações e usos dos conceitos de democracia, legalidade e povo e sua influência entre os grupos políticos, então em disputa.

No **capítulo II**, após uma breve discussão sobre o discurso e a experiência do governo de Carlos Ibáñez, entendido como uma tentativa inicial de incorporação de um conjunto de novas demandas populares, se analisa a utilização e ressignificação dos conceitos de povo, democracia e legalidade em dois momentos. Tendo com fonte principal os mesmos jornais escolhidos para o capítulo anterior, primeiramente se foca no contexto da unificação das forças de esquerda em torno da *Frente de Acción Popular* (FRAP) e do processo de

fundação do *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), finalizados em julho de 1957, ainda sob o impacto dos inúmeros protestos populares ocorridos em abril daquele ano. Posteriormente, procura-se refletir sobre a repercussão das reformas eleitorais, concluídas em agosto de 1958, que resultaram na derrogação de lei de defesa da democracia e em um substancial aumento do eleitorado, atentando para o seu impacto na campanha eleitoral presidencial deste mesmo ano.

Para o **capítulo III**, centrado nas eleições presidências de 1970 e na crise política que antecede a posse de Salvador Allende como presidente da República, inseriu-se a análise das reportagens e editoriais de *La Nación*. Como não é possível pensar o debate do pleito eleitoral de 1970 sem considerar os rumos da política chilena ao longo dos anos 60, inclui-se também, em um primeiro momento, uma discussão majoritariamente bibliográfica, acerca do debate que opôs “democracia” e “comunismo” durante o pleito presidencial de 1964 e sobre a relação entre discurso e prática do modelo de “revolução em liberdade” proposto pela democracia cristã e pelo presidente Eduardo Frei. Em seguida, com foco nas eleições de 1970, procura-se discutir o embate entre a proposição de distintos modelos “democráticos” para o país e a tentativa de conquista do apoio popular por meio de uma possível identificação entre este “modelo” e o povo. Por fim, em meio às discussões para a posse de Salvador Allende, evidencia-se que o debate em torno dos rumos da democracia chilena, gradualmente, foi associado à noção de legalidade em uma tentativa de impor limites ao projeto revolucionário de Salvador Allende e da Unidade Popular.

No **quarto capítulo**, a partir dos jornais *El Mercurio*, *El Siglo* e *La Prensa*, a reflexão se complementa com a análise do governo da Unidade Popular e do golpe que pôs fim ao regime democrático chileno em 1973. Concentrando-se basicamente no mês de agosto e nos dias que antecedem o golpe de 11 de setembro, o capítulo se divide em quatro seções para dar conta das disputas em torno da democracia e da legalidade e sua associação com os desejos e vontades do povo chileno. A primeira, analisa o contexto dos últimos meses do governo de Salvador Allende e as dificuldades de implementação de seus projetos. A segunda concentra-se no debate acerca das noções de democracia e legalidade, desenvolvido, sobretudo, no Congresso. Na terceira seção, ciente da natural imbricação entre ambos os cenários, procura-se dar conta da relação destes conceitos com posições mais extremadas e com a polêmica em torno da

participação popular no debate. Na última seção, lança-se um olhar para a posição dos militares e para o desenlace final dos acontecimentos. Neste cenário ressalta-se o paradoxal processo pelo qual um discurso, pautado na defesa de princípios constitucionais e valores democráticos, converte-se na tábua de sustentação de uma ação anticonstitucional, de cunho autoritário, apoiada em um discurso corporativista e antidemocrático que culminou no estabelecimento de uma ditadura que duraria mais de 16 anos.

A **Parte II** procura refletir sobre o processo de ressignificação dos conceitos de povo, democracia e legalidade no ambiente político brasileiro. No **capítulo V**, a análise dos conceitos se dará em meio ao processo de proscrição do Partido Comunista, na legalidade desde 1945, iniciado com a cassação de seu registro político em abril de 1947 e complementado com a extinção dos mandatos dos parlamentares eleitos sob esta sigla em janeiro de 1948. Tendo como base a análise dos debates presentes nos jornais *A Noite*, *Correio da Manhã* e *Tribuna Popular*, além de se centrar nestes dois momentos, que a despeito das particularidades da cena brasileira, evidenciam com maior nitidez as pressões impostas pelo ambiente da Guerra Fria assim como no Chile, o capítulo procura analisar o processo de democratização do ambiente político brasileiro, ocorrido no final do regime do Estado Novo, a partir de uma discussão bibliográfica.

O **sexto capítulo** procura dar conta da progressiva ampliação e valorização da presença popular enquanto elemento fundamental ao regime democrático, por parte dos diferentes grupos políticos em disputa na cena brasileira na primeira metade dos anos 50. Ao procurar compreender e se inserir positivamente no novo cenário que então se apresentava, estes atores lançaram mão de distintas compreensões acerca dos conceitos de democracia, povo e legalidade, relacionando-as com a crescente solidificação de uma série de instrumentos que garantiriam a eficácia do novo regime e com a compreensão do próprio povo acerca de seu papel na democracia. A partir dos editoriais e reportagens dos jornais *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora*, *Diário de Notícias*, *Imprensa Popular*, este capítulo está centrado na análise da campanha eleitoral de 1955 e da crise política que se instala em torno da posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart respectivamente eleitos presidente e vice-presidente da República. Ao longo dos debates ocorridos às vésperas das eleições de 1955, tanto os grupos que pretendiam inviabilizar o pleito, em função dos “vícios” do

passado, quanto àqueles defendiam a realização das eleições sem qualquer alteração de acordo com os preceitos constitucionais e legais, fundamentaram seus discursos no desejo de um ambiente de plena democracia, oriundo da vontade consciente do povo, que conduzisse o país rumo ao nível das “grandes nações” do mundo. Contudo, apresentaram distintas interpretações a estes conceitos. Logo após o pleito, instalou-se uma crise política que culminou com uma intervenção político-militar em 11 de novembro de 1955, notadamente nomeada por seus próprios dirigentes *Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes*, na qual a “conquista” da ideia de legalidade democrática se mostrou decisiva. Para dar conta das transformações na linguagem política inerentes ao progressivo embate entre a ampliação da participação popular e a permanência um discurso que impunha limites ao regime democrático, desqualificando a ação das grandes massas na política, o capítulo incorpora uma concisa discussão inicial sobre o processo eleitoral de 1950 e o governo democrático de Getúlio Vargas, apoiada nos jornais *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa* e *A Noite*.

O **capítulo VII** incorpora o processo eleitoral de 1960 e a crise instalada após a renúncia do presidente Janio Quadros em 24 de agosto de 1961 que culminou com a solução parlamentarista, articulada no início de setembro. Naquele momento, a sociedade brasileira vivenciava a afirmação dos princípios e valores do regime democrático, com o debate acerca da consolidação de suas instituições caminhando lado a lado com o aumento das demandas por uma série de reformulações estruturais no ambiente político-social nacional e com a polarização ideológica inerente ao reforço das tensões da Guerra Fria. Em meio a este cenário, a valorização da participação popular e o reconhecimento de seu papel, ao menos no campo eleitoral, permearam amplos setores da sociedade. Após apresentar uma análise inicial acerca da ampliação das liberdades democráticas, consolidação de suas instituições e do encaminhamento de um conjunto de novas temáticas para o centro dos debates políticos nacionais ao longo do governo de Kubitschek, a reflexão se volta para os momentos selecionados com a análise dos jornais, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa* e *Novos Rumos*. Enquanto o debate sobre o pleito aponta para o reforço da “maioridade” do povo brasileiro e para as transformações necessárias ao fortalecimento do regime democrático, durante a crise da renúncia do presidente Jânio Quadros e o consequente veto dos

ministros militares a posse do vice-presidente João Goulart, a despeito da força do argumento anticomunista, destaca-se a defesa da legalidade democrática, ainda que por distintos matizes, como foco central dos debates.

Seguindo uma organização semelhante à realizada para o cenário chileno o **oitavo capítulo** imiscui-se nos debates em torno do golpe de abril de 1964, que pôs fim à experiência democrática brasileira. Mais uma vez dividida em três momentos, a reflexão aponta para a relevância dos conceitos de legalidade, democracia e povo no conjunto de argumentos que contribuíram para que a investida golpista, fracassada em 1955, na tentativa de impedimento da posse de Juscelino Kubitschek, e em 1961, na crise da renúncia de Jânio Quadros, conseguisse se impor aos partidários da manutenção da ordem constitucional e do governo democraticamente constituído. Em uma primeira seção, com o apoio da historiografia, procura-se dar conta das pressões vivenciadas pelos gabinetes parlamentaristas e pelo presidente Goulart, mesmo já sob o sistema presidencialista, durante o encaminhamento de propostas reformistas também vinculadas a demandas por maior participação popular. Centrada no debate presente nos jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa* e *Novos Rumos*, uma segunda seção analisa a repercussão do grande Comício da Central do Brasil, realizado no dia 13 de março, momento em que o presidente Goulart decide-se bater em definitivo por seu projeto de reformas base. A partir de então seus opositores intensificaram ainda mais seus esforços para colocar o governo em oposição à legalidade, à democracia e aos desejos do povo, conquistando para o seu lado, argumentos e sentidos que legitimavam o próprio governo. Em um terceira seção, além de se refletir sobre os últimos momentos do governo Goulart e sobre a movimentação entre os conspiradores civis e militares, procura-se apontar para a emergência de um novo sentido para a ideia de legalidade ligado a uma suposta vontade popular.

Na conclusiva **Parte III**, estruturada em um único capítulo dividido em duas grandes seções, pretende-se realçar de forma mais vertical as mudanças e permanências ocorridas no entendimento acerca dos conceitos de povo, democracia e legalidade, expondo o processo de transformação das linguagens políticas brasileiras e chilenas. A reflexão incorpora um exercício de comparação que, como já se apontou, não pretende apenas evidenciar particularidades e diferenças, mas sim verificar as relações e influências, na linguagem, entre

aspectos globais, regionais e locais na busca de uma nova chave de interpretação acerca dos processos políticos no Brasil e Chileno durante o período de suas primeiras experiências democráticas de massa.

Na primeira seção a reflexão centra-se nos usos dos conceitos de democracia e legalidade e suas relações com as tensões políticas da Guerra Fria. Sob esta influência, além da presença popular nos debates, verifica-se, ainda que com distintos matizes, a crescente utilização de um discurso de defesa da democracia e da legalidade que, se em um primeiro momento remetia a princípios “fundamentais”, “tradicionais” e “naturais”, aos poucos foi sendo cada vez mais associado à necessidade de garantia da legalidade constitucional. Este argumento foi sustentado não só como garantia da manutenção de governos constituídos como também para imposição de limites as demandas por ampliação da participação e eventuais transformações estruturais. Paradoxalmente, em outro momento, a defesa da legalidade e democracia foi o centro das justificativas que ladearam a imposição de golpes de Estado que puseram fim as experiências democráticas no Brasil e no Chile e impuseram regimes ditatoriais em ambos os países em 1964 e 1973, respectivamente.

Na segunda seção a análise se desloca para os significados atribuídos ao conceito de povo e sua centralidade nos debates em torno dos rumos dos regimes democráticos constitucionais no Brasil e no Chile. Neste sentido, se reflete sobre a progressiva afirmação da presença e valorização do papel das camadas populares como elemento fundamental no cenário político democrático. Em um período que se estende, dependendo das particularidades locais até finais da década de 1950, esta crescente valorização foi ocupando o espaço de interpretações de desqualificavam o papel das massas na política até se chegar a um momento de inflexão no qual a presença do povo na política não podia mais ser ignorada. Entretanto, especialmente entre as vozes mais conservadoras, as derrotas eleitorais e os limites de seu imaginário discursivo permitiram novos questionamentos à participação popular abrindo espaço inclusive para argumentos em favor da necessidade de “condução” de um povo que não teria total “consciência” da gravidade das decisões tomadas.